

# MEMORIAL

Sandra Lencioni

Memorial apresentado para o concurso de professor titular do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

2006

# SUMÁRIO

## SECCÃO I

Introdução.....	01
A Difícil Escolha de Alternativas .....	03
<b>Parte I - Minha Formação Acadêmica .....</b>	<b>09</b>
1. A geografia como ciência.....	09
2. Os anos de mestrado.....	17
3. Primeiros anos como docente da USP .....	23
4. Os anos de doutorado.....	28
<b>Parte II - Novos desafios na Universidade .....</b>	<b>41</b>
1. O desafio da Livre-docência .....	41
2. O primeiro período como livre-docente. Os três derradeiros anos do século XX.....	49
3. Os últimos cinco anos, os primeiros do século XXI .....	56
3.1 Na trama da produção e divulgação do conhecimento.....	56
3.2 Um novo fio da meada: a gestão universitária .....	68
3.3 Tecendo observações .....	71
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>73</b>

## SECCÃO II

Curriculum Vitae .....	01
------------------------	----

## **Introdução**

Olhar criticamente a si mesmo é condição imprescindível para a redação de um Memorial. Um olhar que não permite auto-engano, nem falsas explicações, pois esses desacertos acabarão certamente, por encobrir o que se busca revelar: o sentido da trajetória percorrida. A partir do presente, pensar o passado e projetar o futuro, não como períodos separados uns dos outros, mas como tempos que se entrelaçam numa dinâmica onde muito do passado se faz presente e alguns aspectos do presente são anunciadores do futuro. Na dialética desses tempos, o enfrentamento das dificuldades e a superação dos obstáculos expressam êxitos auferidos, mas deixam marcas... Contudo, nenhum percurso é feito só de êxitos, há obstáculos que permanecem, que se mostram vigorosos na obstinação de sua existência e que exigem persistência e esforços imensuráveis, empenhos hercúleos para sua superação e, até mesmo, para se continuar convivendo com eles.

A força desse olhar crítico reside na superação de uma visão descritiva, buscando transcender os fatos em si mesmo, que podem ser claramente examinados num rol curricular. O que me parece importante registrar neste Memorial são as motivações que orientaram o sentido das experiências vividas e os contextos que demarcaram o percurso acadêmico nas quais elas se desenvolveram, pois qualquer trajetória só é possível de compreensão crítica rompendo-se com a auto referência restritiva e alienada. Em outros termos, uma trajetória acadêmica não pode ser revelada circunscrita em si mesma, ela é parte constituinte de estruturas e processos mais gerais e, por isso, muitos dos encontros e desencontros da vida universitária não se compreende a partir de um mero olhar que busca engrandecer a si mesmo, exigindo uma visão mais ampla, na qual a universidade condensa as determinações da história e ordena o cotidiano.

Redigir um memorial é tarefa difícil, mas não se constitui em meada de desenredo impossível. Exige um olhar seletivo e um pinçamento de fatos, que ao fazê-lo me surpreendi, pois em alguns momentos o que me parecia claro ganhava opacidade

e, em outros, o que era obscuro, pela simples necessidade de ser revisto, se esclarecia. Esse olhar retrospectivo tem um movimento relativo ao dançar das luzes e das sombras, fazendo com que aquilo que hoje me parece tão claro ou obscuro, não necessariamente tenha me parecido assim quando ocorreu, tornando possível que as experiências vividas de um modo possam ser vistas de outro.

Nesse exame interior me deparei com momentos de comunhão e de distanciamento em relação ao contexto vivido, em que os compassos concordantes, que fruem num caudal de cumplicidade, também se fizeram acompanhar dos dissonantes, companheiros de noites insones a exigirem reflexão profunda. Quando esses momentos dissonantes indicam equívocos, a necessidade de revisão acaba por enobrecer a experiência duvidosa, mas quando esses momentos dissonantes resistem à crítica, eles se revelam os mais profícuos, pois permitem nos distanciar da mesmice, consagram a salutar divergência do pensar e enriquecem a vida acadêmica.

Esse Memorial, para o Concurso de Titular, redigido em plena maturidade, refere-se, quase totalmente, há um século que expirou e que deixou em desamparo os projetos de justiça social, remetendo-nos a um tempo de mudanças incertas onde a angústia pelo futuro, se não nos atormenta, nos deixa, no mínimo, inseguros e melancólicos pela banalização da injustiça. Mas, não desesperançosos em sonhos que buscamos construir.

Refere-se a uma Universidade cuja fundação, em 1934, se constitui, segundo Florestan Fernandes, num marco histórico de conseqüências culturais e sociais mais profundas que a Semana de Arte Moderna de 22.<sup>1</sup> A sua célula *mater*, atualmente a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, é a unidade na qual me formei como geógrafa e é em seu Departamento de Geografia que hoje atuo como docente.

Uma Universidade que se situa em São Paulo, uma cidade que tem origem no Colégio de São Paulo dos Campos de Piratininga, fundado por jesuítas. O marco zero dessa cidade foi a educação, diferentemente das cidades mais antigas, marcadas por fortificações e localizadas no litoral. Nascida de um simples colégio à margem de um ribeirão secundário, a cidade foi impulsionada pela Universidade criada 380 anos depois, nos escombros da derrota da Revolução de 32. Cidade e Universidade se

---

1 Martins, J. de S. *Florestan. Sociologia e Consciência Social no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998, p. 34.

entrecruzam e é nessa encruzilhada que se situa a busca pela produção do conhecimento relativa à cidade, à metrópole e à região, que tornaram objeto privilegiado de meus estudos.

As reflexões expressas nesse Memorial conduzem, de certa forma, o olhar, também, sobre a instituição à qual meu percurso é imanente. O pinçar da memória, que também é de preocupação com o futuro, exige uma introspecção em busca da compreensão de mim mesma e do regaste da memória que vivifica a alma e esboça novos projetos.

A redação desse Memorial, exigente de introspecção, deparou com uma espécie de casulo, como se esse tivesse uma fechadura por onde se enfia a chave da memória e esse se abre permitindo um profundo mergulho interior pessoal e institucional.

## **A difícil escolha de alternativas**

O tempo das liberdades democráticas foi o período de minha formação até a idade adulta. Nasci num tempo marcado pelos escombros da era Vargas, num contexto de comemoração pelo fim da Segunda Guerra Mundial. A Segunda República, que se estendeu de 1945 a 1964, foi um período de liberdade e de democracia, valores constituintes de minha formação.

Não nasci em São Paulo e nem próximo à Cidade Universitária. Da terra onde nasci, Ribeirão Preto, saí aos oito anos para nunca mais retornar, e mesmo esses primeiros oito anos não foram integralmente vividos na minha terra natal; vivi alguns anos em São José do Rio Pardo. Morei em várias cidades, em várias casas, e estudei em muitas escolas. Não tenho amigos de infância ou turma de colégio. A graduação da USP, com a ausência de turmas seriadas, também não me permitiu viver essa experiência de pertencer a uma determinada turma e poder comemorar anos de formatura e confraternizar com meus colegas o reencontro dos laços desfeitos.

Mas se me perguntarem sobre o sentimento de pertencer a um lugar,, sobre minha cidade, não tenho dúvidas em responder que é a Cidade Universitária meu lugar, porque aí construí raízes. A minha experiência, quase nômade, de crescer sem raízes em razão das contingências da vida familiar, dado que meu pai era um funcionário do Banco do Brasil dedicado à sua carreira, se constituiu numa rotina até minha juventude.

Minhas primeiras lembranças não são da minha terra natal, mas de São José do Rio Pardo. A casinha de Euclides da Cunha junto à ponte do rio Pardo, onde aos domingos íamos fazer piqueniques, me fez conhecer esse personagem da nossa história, o primeiro de quem ouvi falar. Talvez, por esse conhecimento ter acontecido de uma forma tão terna e simples, referida por uma de suas obras, uma ponte, e por uma modesta casinha no rio em que eu brincava, a história sempre me pareceu próxima e feita por homens comuns; algo da qual eu poderia participar.

Quando morei em Santos, já menina, tive a oportunidade de conferir, deslumbrada, uma das provas acerca da esfericidade da Terra, presentes nas lições escolares da época, que desafiavam a imaginação dos alunos. A veracidade do desaparecimento das embarcações navegando na linha do horizonte podia ser verificada empiricamente, pela simples observação da redução das silhuetas dos navios até se perderem de vista mar adentro. As bandeirinhas dos navios compunham um verdadeiro jogo de cores a partir das quais eu buscava identificar de qual país teriam vindo, constituindo-se num verdadeiro alimento para a imaginação e num estímulo que despertava a curiosidade por outras terras.

Na vizinha Blumenau, tão próxima e tão distante, conheci outra cultura e paisagens diversas da paulista. Ao procurar respostas sobre a diversidade dos lugares foi que percebi, pela primeira vez, a geografia como um estudo das diferenças entre os lugares. Essa percepção foi redimensionada muitas vezes, sobretudo quando entrei em contato com a obra de Hartshorne, que entende a geografia como o estudo da diversidade dos lugares. Esse autor acabou me induzindo à Geografia Regional, afastando-me da visão lablachiana e debilitando a idéia de que a geografia se constitui numa ciência voltada para o estudo da relação entre o homem e o meio. Esse caminho foi trilhado com muitas dificuldades, como tantos outros que saem do território protegido das correntes hegemônicas. À dominância da visão lablachiana, florescente

no departamento de geografia, se aliou a desvalorização deliberada da Geografia Regional (enfraquecida pelo coincidente declínio das políticas de desenvolvimento regional) e a afirmação de outras vertentes da geografia, algumas meras novidades de ocasião. Nessa desvalorização e afirmação, instrumentalizou-se o conhecimento científico para afirmar esferas de influência não-científica, saberes e poderes de outra natureza que, a duras penas, vi que, também, se desenvolviam no mundo acadêmico.

Não sei até que ponto minha vida quase nômade e a leitura dos relatos de viajantes influenciaram meu interesse pela geografia, até porque gostaria que essa influência tivesse sido maior e mais nítida. Penso que meu respeito e interesse pela pesquisa científica encontra raízes em Jacques Paganel, personagem das ficções de Jules Verne, que era possuidor de um saber geográfico impressionante e de uma atitude de extremo rigor científico. Esse autor ficcionista foi um ativo membro da Sociedade Geográfica de Paris e estudioso das obras de Humboldt, Ritter e Vidal de la Blache. Tendo sido, na minha juventude, leitora costumaz desse autor, na minha primeira viagem a Paris busquei contato com a Sociedade Jules Verne e percebi o quanto poderia ser frutífero e prazeroso analisar suas obras: *A jangada* e *O soberbo Orinoco*, cujo cenário é a América Latina. Essa é uma de tantas pontas soltas, abandonadas e sempre vivas em minha memória.

O fato de ter mudado muito de cidades e de escolas me trouxe uma experiência muito enriquecedora, pois a convivência com diferentes grupos exigia um comportamento próprio dos camaleões: ou me adaptava, ou corria o risco de ver fenecer minha sociabilidade. A garantia de aceitação se pautava no meu desempenho escolar e na minha formação que se desenvolveu, basicamente, em escolas públicas do Estado de São Paulo. Foram exceções as fases em que estive fora das instituições de ensino público, motivadas pelo intempestivo de uma transferência realizada fora do período em que se aceitava a admissão de alunos novos. Essa escola pública de qualidade, disseminada por diferentes cidades, mesmo as interioranas, garantia a continuidade do meu aprendizado e não trazia problemas ao estudo; o que mais exigia salvaguardas eram as condições emocionais que acompanham os momentos de transferência de lugar e ruptura social.

Um desses momentos merece ser lembrado. Quando retornei de Santa Catarina, deixei a cidade de Blumenau, onde estava imersa não só em outra cultura, mas também em outro sistema educacional. Para ingressar no terceiro ano do curso Normal tive que fazer um exame no Instituto Caetano de Campos, no intuito de validar os anos letivos realizados em outro Estado. Éramos cerca de cinqüenta estudantes prestando esse exame e apenas duas fomos aprovadas; imagine-se o grau de desgaste de um processo que elimina tantas para selecionar apenas duas. Diferenciando-nos das demais, tínhamos em comum uma melhor formação, por termos realizado grande parte dos estudos em escolas públicas do Estado de São Paulo.

Cursei o último ano do curso Normal em Santos, sob uma atmosfera social e política muito tensa. Estávamos em 1964 e, em abril, a cidade teve o porto sob intervenção federal e foi duramente atingida pela repressão policial, dada a intenção de aniquilar as atividades do partido comunista na cidade. O recente golpe militar amordaçou a liberdade de organização social. A democracia não existia mais e as condições nas quais eu havia crescido se findaram. Tinha início uma nova era.

No ano seguinte, quando me mudei para Santo André, comecei a ensinar numa escolinha rural. A escola de prédio rústico, com apenas uma sala de aula, situava-se na vizinha cidade de Mauá, distante um quilômetro e meio do ponto de ônibus mais próximo, trajeto que realizava a pé em meio a terrenos baldios. Ministrava aulas para alunos de três séries numa única turma e pude perceber o quanto minha formação era distante das condições e problemas reais que começava a enfrentar. A diferença entre a realidade dos meus alunos e a dos que haviam sido referidos no meu aprendizado de normalista eram enormes, e percebi, como professora, o quanto era inadequada a minha formação para aquelas condições precárias de ensino. Havia muito a ensinar, e muito a aprender.

A realidade era perversa, jamais vira tanta precariedade nem convivera com tamanha feiúra. A paisagem não lembrava as cidades do interior que, naquela época, guardavam harmonia, e nem tinha semelhança com as de beira-mar e as do sul do país. O que era muito feio e metia medo não surgia da pobreza, mas do caráter predatório da riqueza que ali se acumulava e se concentrava. A ausência de arruamentos e de coleta de lixo, o esgoto a céu aberto, a mistura improvisada de atividades rurais e



industriais e as favelas com casas precárias de madeira ou blocos subiam, perigosamente, as encostas dos morros. A pobreza, a falta de higiene e as doenças das crianças se associavam às condições precárias das condições da escola, compondo um triste quadro para a educação. A consciência dos problemas do país entrava em minha mente pelos sentidos, mas principalmente, pela falta de sentido do que eu vivia e que se apresentava como carências sociais na minha prática de educadora. Eu estava imersa numa realidade atroz que me angustiava aos dezenove anos, mas considerava essa realidade algo em que eu poderia intervir. Lembrava-me de meu primeiro personagem da história, que havia me parecido próximo e como um modelo de homem comum. Deveria, com meu conhecimento, participar ativamente para a mudar meu país, contribuindo para superar essa regressão social e urbana que a industrialização predatória trazia.

Em 1966, fiz o concurso público de ingresso ao magistério primário e passei da condição de professora substituta para a de professora efetiva. Simultaneamente, pensava em aprimorar meus conhecimentos. Resolvi, assim, fazer o cursinho do grêmio da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, que na época localizava-se em Higienópolis, na rua Albuquerque Lins. O ambiente cultural, hoje ausente dos cursinhos em nome da competitividade no vestibular, me aproximou da literatura, do cinema e das artes. A consciência do retrocesso político em que vivíamos, a não convivência com a supressão dos direitos constitucionais e com a dissolução dos partidos políticos, a crítica e descrença em relação aos discursos oficiais me conduziram a participar dos movimentos de oposição e das passeatas. Jovem intrépida, não temia a repressão e o enfrentamento policial. Passeatas com corre-corre, em razão do lançamento de bombas de gás lacrimogêneo, me intimidavam, mas não chegavam a arrefecer minha vontade de exigir mudanças.

Em setembro de 1966, numa das passeatas — conhecidas, depois, como setembradas —, no Largo da Concórdia, os cacetetes me alcançaram e fui conduzida pelos policiais militares, com outros estudantes, a entrar em um ônibus que nos conduziu ao DOPS - Departamento de Ordem Política e Social -, para uma triagem política. O acontecimento seria esquecido e teria importância passageira, porque lá permaneci por apenas vinte e quatro horas, se dez anos mais tarde esse fato isolado

não tivesse tido um desdobramento sério em minha vida profissional. Na minha primeira oportunidade de exercer a profissão de geógrafa e trabalhar em órgão de planejamento de governo, fui dispensada. Em Brasília, após todos os trâmites necessários e três dias de trabalho num organismo de planejamento, perdi o emprego que não cheguei a ter porque, em meio à documentação exigida, meu atestado de antecedentes ideológico não havia sido aprovado pelo SNI - Serviço Nacional de Inteligência. Tolhia-se uma aspiração, limitava-se o exercício profissional impedindo meu ingresso na profissão. Não há reparação em reais que possa indenizar a morte desse projeto.

Após a setembrada, pinço do passado a lembrança das emoções vividas e vejo que minha inscrição no vestibular já não me interessava, uma vez que desejava dar um sentido mais contundente à minha ação. Passei outubro indecisa e em novembro não voltei a freqüentar as aulas do cursinho. A difícil experiência de escolher alternativas conduziu-me a acreditar que poderia ser mais útil me dedicando à formação de quem quisesse aprender, ensinando alunos, crianças, adultos e pais, e, mesmo, me engajando em atividades comunitárias. Estava vivendo o destino que minha geração havia resguardado para mim, com um sentido de emancipação, de luta democrática e de utopia.

## Parte I - Minha Formação Acadêmica

### 1. A geografia como ciência

O sentimento de ser útil se associava a muitas indagações, exigindo respostas que não podiam mais ficar à mercê do fortuito e do opinativo. Foi essa a motivação que me fez chegar à USP. Em 1972 passei a ser aluna da Geografia optando pelo período noturno, pois não sabia se ministraria aulas pela manhã ou à tarde no curso primário. Estávamos vivendo os efeitos do “milagre econômico” que, com seu binômio segurança e desenvolvimento, dava respaldo ao governo dos militares que recrudesciam a repressão e proclamavam, como se uma ordem fosse, o slogan: *Ame o Brasil ou deixe-o*.

Em junho soube que o fato de ser professora primária efetiva me permitiria pleitear comissionamento para frequentar o curso de Geografia, dispensada, portanto, de ministrar as aulas. A Faculdade dispunha de quinze comissionamentos a serem preenchidos por professores primários, segundo a classificação no vestibular, disposição essa que remontava aos seus primeiros anos e se confundia com a própria fundação da Universidade. A USP, que teve origem na iniciativa corajosa de um grupo de intelectuais paulistas, liderados por Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo, surgiu numa atmosfera de superação dos embates e dificuldades criados a partir da Revolução de 32. A fundação da USP fazia parte de um projeto de construção de liderança cultural do país. Foi Fernando de Azevedo quem sugeriu a Júlio de Mesquita Filho que obtivesse do interventor Armando Salles Oliveira — cujo laço de parentesco propiciava aproximação, uma vez que o governador era seu cunhado — um decreto comissionando os melhores professores primários para serem alunos da Faculdade. A iniciativa consagrava a Universidade como formadora de quadros para o governo, perspectiva que tem raízes nas Escolas Napoleônicas. E, também, resolvia o inesperado problema da ociosidade das vagas.

Como as questões que envolvem legislações são, tradicionalmente, de lenta solução e como elas sobrevivem aos fatos que as concebem, fui beneficiada por uma

normativa que persistia num contexto completamente diferente daquele em que fora gerada. Não havia mais vagas ociosas na Faculdade. Pelo contrário, pouco tempo antes a USP resolvera problema oposto: o dos excedentes, que pressionavam por aumento de vagas por terem passado nos exames de ingresso. Além disso, os cursos noturnos já eram uma realidade na Faculdade, permitindo acesso aos que trabalhavam. Essa condição de estudante comissionado foi vivida, a título de exemplo, até mesmo pelo emérito de nossa Faculdade, o professor Eduardo D'Oliveira França. E foi essa condição que me permitiu transferir-me para o diurno e me dedicar inteiramente ao estudo da Geografia.

A relação entre Universidade e Estado me era muito clara. Somava-se a essa perspectiva francesa de universidade, a de formação de quadros, o sentido humboltiano de Universidade, pelo qual seu papel formador não se reduz ao conhecimento de uma aptidão e de um saber técnico, devendo o conhecimento transcender a esses aspectos e ser provedor de uma formação ampla e não reducionista.

Sob essas duas inspirações presentes na gênese da Faculdade, desenvolvi meus estudos. A Faculdade já não era a mesma de sua origem e nem se localizava no histórico prédio da rua Maria Antônia, número 258. Até chegar a esse edifício, em 1947, permanecera dispersa em vários locais da cidade, contrariando a intenção expressa no ato de sua fundação, que era de reunir suas partes, seus fragmentos, num único prédio com o objetivo de propiciar um bom ambiente para a vida universitária. Esse ambiente foi proporcionado pela Maria Antônia, em função do convívio criativo dos alunos com seus mestres.

No início, a Faculdade de Ciências e Letras reunia sete cursos, sendo a Geografia um deles. Posteriormente, somara-se a eles outros campos do conhecimento. Nos idos de 1969, na esteira da irrupção dos estudantes em 1968, a Faculdade foi organicamente desmembrada e o Departamento de Geografia transferido para um dos primeiros prédios que acabavam de ser construídos na cidade universitária. As cátedras vitalícias foram extintas, o olhar em direção à França se voltou para os Estados Unidos, surgiram as disciplinas semestrais e a instalação dos créditos por disciplina, bem como foi repensada a pós-graduação. Essas alterações se

concomitantemente a mais escancarada repressão, mas não minaram o espírito crítico da Faculdade, apenas o amordaçaram com os exílios, com os açaimos que impostos. Surgiram as Listas Negras e as aposentadorias compulsórias, cabendo lembrar as de Paula Beilgueman, Bento Prado, José Arthur Giannotti, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, dentre tantos outros. O decreto que aposentou esses professores seria novamente utilizado contra a Faculdade em 1972, e eu me lembro, foi quando cursava o primeiro ano, em 1972, quando eu cursava o primeiro ano, atingindo a professora Ada Natal Rodrigues.

Em meus anos de graduação não encontrei a realidade vivida dos tempos clássicos da Maria Antonia, mas sim a realidade da Faculdade de Filosofia, porque, como diz Wallerstein, a única realidade é aquela que está em constante mudança.<sup>2</sup> Vivi, como vivo e viverei, a tensão que é imanente ao ensino público, a tensão entre a Universidade e o Estado, uma difícil equação por ser a Universidade uma instituição pública e dependente do Estado. Deve servir, portanto, aos fins do Estado, e, ao mesmo tempo, precisa ser livre para realizar suas próprias finalidades de alcance mais geral. Isso sem falar, ainda, do princípio humboldtiano de que o estado deve sempre respeitar a lógica interna da atividade científica.

Minha geração não chegou a ter contato direto com os professores das missões francesa e italiana e nem com outros professores estrangeiros que aqui estiveram na época da fundação da Faculdade. Fui aluna de muito dos discípulos de Pierre Deffontaines, Pierre Monbeig, Ferdinand P. Braudel, Claude Levi-Strauss e Roger Bastide. Cheguei a ter aulas com o professor João Dias da Silveira, da primeira turma de formandos, de 1936. Tive a oportunidade, em Paris, de conhecer o professor Pierre Monbeig, já na condição de professora do departamento.

Muitos outros mereceriam menção; de fato, tive grandes mestres, fui aluna dos renomados geógrafos Pasquale Petroni e Aziz Ab'Saber. Mas, buscando não me alongar demasiadamente sobre esta fase da minha formação, faço referência a duas disciplinas que cursei, não pelo conteúdo, nem pela capacidade intelectual dos respectivos professores, mas pela prática didática que desenvolveram e pelos

---

<sup>2</sup> Idem: p. 287

desdobramentos sobre a minha consciência do ato de ensinar. Nessas disciplinas as práticas não só foram diferentes uma da outra, foram, acima de tudo, opostas.

Uma delas, a disciplina *Fisiologia da Paisagem*, era de responsabilidade do professor Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro. A disciplina era muito bem estruturada, sabíamos de onde partíamos e aonde chegaríamos. Mas esses elementos, que para mim são indispensáveis quando preparo o desenvolvimento de uma disciplina, não são garantia de êxito. O brilhante desenvolvimento dessa disciplina não resultou de sua estruturação, pois houve querelas entre o professor e os alunos em face das exigências e do rigor na avaliação, bem como da bibliografia em grande parte em inglês, língua na época bastante repudiada pelos alunos. O resultado foi excelente porque trazia perspectivas novas em termos de teoria e métodos inovadores na análise da paisagem.

A outra, *Recursos Naturais*, era uma disciplina ministrada pelo professor José Pereira de Queiroz. Esse curso foi fantástico, muito embora não tivesse programa, roteiro de aulas, bibliografia, cronograma e nem os critérios de avaliação, enfim, nada do que caracteriza um projeto de disciplina. O debate sobre as questões a respeito dos recursos naturais, que emanavam de nós mesmos, ou seja, das preocupações dos próprios alunos, era acirrado e inflamado e nos conduzia a procurar, na biblioteca e nos jornais, textos e informações que nos munissem para os próximos *rounds*. A posição do professor era a de eterno questionamento, de construção de um diálogo crítico permanente, de dúvida constante em relação a respostas fáceis e de exploração aguda das divergências e das contradições que levavam à exigência de maior fundamentação e estudo.

Esses são exemplos de procedimentos opostos, mas o desenvolvimento de ambas disciplinas, ministradas por esses mestres que, posteriormente, receberiam o título de professores eméritos da Faculdade, teve êxito e me trouxeram a convicção de que a avaliação docente fundada em um único modelo pedagógico pode levar a graves equívocos. Muito provavelmente, o segundo professor teria uma pontuação negativa se avaliado, pois prática didática de sua disciplina não respondia a nenhum modelo reconhecido.

Enquanto estudante na graduação vivenciei o entrevero acadêmico de três vertentes da geografia como ciência: a da geografia na tradição dos mestres franceses que me abriu os olhos para a dimensão da história, graças ao historicismo por eles abraçado; a da chamada geografia quantitativa, que se impunha como salvaguarda da cientificidade, e a da geografia marxista, que ensaiava seus primeiros passos e que teve no departamento o seu mais importante centro irradiador.

Em relação à chamada geografia quantitativa, a incorporação de modelos matemáticos na produção do conhecimento geográfico trouxe sérias dificuldades para os alunos, pois o curso não dispunha de disciplinas que pudessem nos habilitar a trabalhar com modelos matemáticos. Não havia sequer uma disciplina de estatística e ainda não se anunciavam as facilidades da microinformática. Assim, nós, alunos, nos cotizamos para a contratação de um professor e, ao mesmo tempo, empreendemos uma discussão sobre a necessidade de incorporar a disciplina de estatística no currículo, o que acabou ocorrendo mais tarde. Só há pouco tempo essa disciplina foi abolida do currículo, igualmente pelo movimento dos alunos, não mais seduzidos pelas técnicas quantitativas.

A expectativa que tive em relação à geografia quantitativa foi como uma andorinha só, que não faz verão. A maioria dos professores não experimentava nenhum encantamento por ela e, assim, fui convidada a navegar por outros mares muito mais interessantes. Mas, se essa novidade se mostrou pouco proveitosa em si mesma, foi muito importante porque trouxe à baila questões de teoria e método que, cada vez mais, desafiavam a todos.

Ainda na graduação conheci o trabalho do professor Milton Santos, que retornara ao Brasil após ter ensinado no exterior. Sua leitura da geografia se dava a partir de algo novo para nós; ele valorizava a profissão de geógrafo defendendo uma posição intelectual terceiro-mundista e apontando para problemas novos de pesquisa e para questões teóricas instigantes. Esse posicionamento inovador me sensibilizou a ponto de aceitar o desafio de verter para o português seu livro *Le Métier du Géographe*, aqui publicado com o título *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Aprendi com ele uma decisiva lição, que se mostra cada vez mais relevante para o geógrafo, a de que “questão está em saber se queremos limitar-nos a uma maneira fixa de interpretação,

isto é a forma única de raciocínio, ou se nos propomos evoluir juntamente com as mudanças que sobrevêm na superfície do globo”.<sup>3</sup>

Foi nesses anos de graduação que também iniciei a prática da pesquisa. Naquela época não havia tanto o imperativo da valorização de problemas de pesquisa gerados nos países de Primeiro Mundo, que acabam, como hoje em dia, freqüentemente eclipsando temas de grande interesse para a sociedade brasileira e constringendo pesquisadores. Foi na USP que vivi toda a experiência da pesquisa científica, sua beleza, sua angústia e sua carência de recursos. Também experimentei o sentido de enclausuramento que ela impõe, que nos subtrai do convívio social pela reclusão que a leitura e a reflexão exigem e até, por uma certa dose de alienação em relação ao que a *mass media* impõe à sociedade, fazendo-nos sentir muito diferente dos outros, quando fora do ambiente próprio da Universidade.

Meus passos iniciais na pesquisa foram dados já no primeiro ano de graduação: ao cursar a disciplina *Cartografia II*, ministrada pelo professor Vincenzo Rafaelli Bocchichio, fui convidada a participar de sua pesquisa de doutorado. Sob sua orientação fiz minhas primeiras planilhas de codificação de dados, procedi à leitura de fotos aéreas do bairro da Aclimação e apliquei questionários nesse bairro. Tratava-se de uma tese de caráter metodológico, examinando o coeficiente de similaridade na análise de dados de áreas urbanas pela fotointerpretação. Essa experiência me trouxe o aprendizado em aerofotointerpretação de maneira privilegiada graças à atenção particular do professor. Como resultado, nunca escolhi a disciplina de aerofotointerpretação como optativa por ter tido o privilégio de aprendê-la anteriormente. Naqueles anos, o engajamento nas pesquisas que se desenvolviam no Departamento se constituía numa ampliação de oportunidades de aprender e isso era o que importava. O incentivo à participação de estudantes em pesquisas, expresso em bolsas de iniciação à pesquisa, estava ainda engatinhando.

Um outro trabalho feito com o professor Bocchichio foi de análise da declividade e das curvas da Serra do Mar que abriu as portas para o meu interesse em geomorfologia. Havia ficado entusiasmada com o curso de geomorfologia ministrado

---

3 SANTOS, M. *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo*. Tradução de Sandra Lencioni. São Paulo: HUCITEC, 1977, p. 1.



pelos professores Aziz Ab Saber e Adilson Avansi de Abreu. O professor Aziz me impressionava com sua habilidade de desenhar na lousa. Em suas mãos o giz se transformava num delicado pincel e o quadro negro num espaço emoldurado à espera do artista. Ao gesto do mestre num plano, as linhas traçadas desenhavam formas de relevo que tinham profundidade, apresentavam formas convexas e côncavas, perspectivas diversas, ângulos inusitados e substratos rochosos inimagináveis.

Perdurou por cerca de dois anos a convicção de que me dedicaria ao estudo das formas de relevo. Por dois anos, não mais que isso. Mas, esse encantamento me transformou para sempre. Desde então, o olhar de uma paisagem nunca mais foi o mesmo. Ao êxtase pela sua beleza aparente ou ao amargor pelo seu desfiguramento natural se aliam sempre as questões "porque a paisagem assume tal forma" e "quais seriam as forças endógenas e exógenas implicadas no seu modelado".

Foi em 1974, um ano antes de me formar, que ocorreu a mudança mais importante dos meus anos de graduação, influenciando daí em diante a minha vida e relegando à memória o interesse passageiro em me dedicar à geomorfologia. Ela se deu quando cursei a disciplina *Geografia das Indústrias*, ministrada pela professora Léa Goldenstein. Suas aulas procuravam enfatizar a discussão e a argumentação através da técnica de dinâmica de grupo. Para isso, a professora engajava seus orientandos de pós-graduação nas aulas, que desempenhavam o papel de monitores nas discussões dos grupos. A discussão geral, posterior às realizadas pelos grupos menores, embora não fosse tão acalorada quanto àquela, sistematizava as discussões dos grupos.

A perspectiva teórica e metodológica dessa disciplina procurava discutir a produção industrial como um processo social e analisar criticamente os custos sociais desse processo. Discutimos textos de Thomas Ashton, Paul Baran e Paul Sweezy, Maurice Dobb, Jean Chardonnet, Gunter Frank, Paul Singer, Celso Furtado, Pierre George, Raymond Guglielmo e Yves Lacoste. Ainda deveríamos optar pela leitura de *A industrialização de São Paulo*, de Warren Dean, ou *Estrutura e expansão da indústria em São Paulo*, de José Carlos Pereira, para fazermos uma entrevista final de avaliação. Essas leituras deixaram marcas profundas na minha formação.

Fazer uma Geografia que discutia a produção, falava em classes sociais e não em população, incorporava a história e interpretava processos examinando contradições,

rompia com a tradição lablachiana dos estudos geográficos e negava, de pronto, a perspectiva do positivismo lógico nessa área do conhecimento. Essa geografia reluzia, era como um ponto luminoso atraente no emaranhado da encruzilhada de perspectivas teóricas e metodológicas que estávamos confrontando.

O momento, sob a atração desse foco cintilante, exigia outras leituras além daquelas geográficas, como subsídios para a abordagem que eu intuía e gostaria de realizar. Foi assim que me dediquei aos estudos de textos de sociologia, história, política e economia. O afã de conhecer era tanto que, em paralelo às disciplinas “oficiais”, com algumas colegas organizamos grupos de estudos em que lemos, dentre outros livros, *História econômica do Brasil*, de Caio Prado Júnior, *Formação econômica do Brasil*, de Celso Furtado e os quatro volumes de *História sincera da República*, de Leôncio Basbaum. Lemos, também, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lênin, e textos de crítica às teorias da população, particularmente de negação do malthusianismo. A dedicação a essas leituras, como um ato de liberdade, indicavam a necessidade de desenvolvimento de uma nova maneira de se fazer geografia. Ironia da história, em plenos anos de chumbo o pensamento marxista chegava à geografia.

Esse novo situar no campo da geografia, cada vez mais compreendida como uma ciência humana e a nova maneira de interpretar a realidade vieram esclarecer uma série de inquietações que me angustiavam desde os tempos que eu comecei a lecionar na periferia da região metropolitana de São Paulo. Mas, ao mesmo tempo, trouxeram novas inquietações. Um certo dia, após o término da aula, a professora Lea, ela me fez dois convites. Um deles me transformaria em uma das monitoras da disciplina no ano vindouro, o que acabou se estendendo, posteriormente, para duas outras disciplinas: a de *Orientação à Pesquisa* e a de *Geografia da População*. Com isso, tornei-me muito próxima de seu grupo de alunos de pós-graduação, participando de uma série de atividades por eles desenvolvidas: pesquisa de campo, elaboração de questionários, tabulação de dados e seminários de estudos.<sup>4</sup> O outro convite estava relacionado ao desenvolvimento de sua pesquisa de livre-docência. Por um ano trabalhei junto à professora Léa e foi com ela que aprendi o sentido da pesquisa universitária e a necessidade do rigor científico na

---

4 Esse grupo era formado por Maria Aparecida Serapião Teixeira, Regina Bega dos Santos, Arlete Moyses Rodrigues Myrna Terezinha Rego Viana.

elaboração de cada passo em busca do conhecimento. Essa aproximação perdurou por dez anos, tendo sido a professora Léa quem me encaminhou para a pós-graduação e me orientou no mestrado.

## **2. Os anos de mestrado**

Em 1978 ingressei no Mestrado e logo fui indicada para participar de um programa de estágio no CCE — Centro de Computação Eletrônica da Reitoria da USP. Naquela época este centro tinha um programa inovador que reunia pós-graduandos de diversas áreas de formação da Universidade com o objetivo de desenvolver a aplicação dos recursos da computação nas respectivas áreas de conhecimento. Fiz vários cursos de computação e essa experiência significou o aprimoramento no uso da estatística na pesquisa geográfica e na elaboração de diversos programas para tratamento de dados. Na época, ainda se usava a perfuração de cartões de oitenta colunas de registro de dados e tínhamos que transportar pesadas caixas de cartões perfurados ou imensos rolos de fita magnética - o que havia de mais avançado, mas nada comparável ao que viria a ser o mundo da microinformática. Assim, me adentrei o mundo da informática praticamente em sua era arqueozóica, tendo de aprender Algol, Fortran e Cobol, linguagens de programação que logo mais tarde se tornariam desnecessárias ao usuário de informática. Em pouco tempo passaríamos a digitar diretamente do teclado, num ambiente virtual com capacidade de informação e operações cada vez mais surpreendente. Ainda não havia a Internet, que mais tarde iria associar informática e telecomunicações numa verdadeira revolução.

Nesse estágio aprendi a pensar sistemas e gerenciamento de dados e informações para desenvolver programas de computação aplicados à geografia. Desenvolvi programas de computação para subsidiar minha pesquisa de mestrado, mas também atendi e assessoriei colegas e professores em projetos de pesquisa da pós-graduação do Departamento de Geografia que buscavam apoio do CCE para o processamento de dados.

Entre as disciplinas que cursei no Departamento de Geografia durante o Mestrado, gostaria de destacar a do saudoso professor José Ribeiro de Araújo Filho que, perseguindo as trilhas do seu mestre Pierre Monbeig, desenvolveu o tema *O Café e a Organização do Espaço no Brasil*. As aulas eram acompanhadas pelo professor Odilon Nogueira de Matos, cujo trabalho sobre a relação entre a frente de expansão da cafeicultura e a expansão da malha ferroviária paulista foi fundamental no desenvolvimento de minha pesquisa que procurava discutir a relação entre a agricultura e a urbanização do Estado de São Paulo. Essa disciplina me permitiu ver que muitos dos conceitos e problemas da urbanização não se relacionam apenas às grandes aglomerações urbanas, se recolocando historicamente e assumindo outras formas. A descoberta levou-me a compreender que o urbano representa uma totalidade muito mais complexa do que o desenvolvimento da grande cidade.

A disciplina que cursei no Departamento de Ciências Sociais, *Formação do Estado Brasileiro*, ministrada pelo professor Brás José de Araújo, reforçou a importância da perspectiva política na análise da sociedade brasileira. Naquele ano, entre as várias leituras que fizemos, sem dúvida foi o debate sobre livro recém lançado de Jacob Gorender, *O escravismo colonial*, o resultado mais significativo. Como trabalho final da disciplina elaborei uma análise sobre a relação entre política e urbanização. Considerando que a política eleitoral revela um aspecto do poder na sociedade, privilegiei a análise do resultado das eleições municipais, durante trinta anos, da região de Ribeirão Preto. Tratava-se de um trabalho de geografia eleitoral sobre uma região interiorana que estava sendo considerada como possibilidade para a aplicação da pesquisa de campo que definiria o meu mestrado.

Naquele verão procedi a uma exaustiva coleta de dados na sede do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Na época, tinha que coletar os dados por urna e transcrevê-los em folhas quadriculadas para depois perfurar esses números em cartões que seriam lidos por computadores, ao passo que hoje o Tribunal fornece essas informações digitalizadas. Após esse enorme trabalho de coleta de dados, examinei o comportamento dos votos brancos e nulos, procurei analisar as tendências das alianças e coligações partidárias e a evolução eleitoral dos partidos nos municípios da região, segundo o grau de sua urbanização. Penso que consegui demonstrar, acima de tudo, a

possibilidade reveladora da geografia eleitoral para a compreensão da política em sua manifestação territorial. Hoje, estes recursos são mais utilizados pelos candidatos e partidos no pragmatismo de suas campanhas do que pela academia, muito embora possam abrir novas perspectivas numa análise geográfica.

Essa pesquisa geográfica da política eleitoral revelou que nas eleições de 1947 a 1976, na região de Ribeirão Preto, os votos brancos predominavam nos municípios mais rurais enquanto que os nulos predominavam nos mais urbanizados. Foi possível verificar que na fase do bipartidarismo (ARENA e MDM) os resultados estavam relacionados à campanha pelo voto nulo, que naquela época se apresentava como um voto de protesto pela oposição que a ditadura militar buscava silenciar. A análise revelou, também, que os municípios mais urbanizados tendiam ao rompimento com o conservadorismo e o “coronelismo”, que até hoje persistem, mesmo com todas as mudanças havidas no país. O que ficou claro é que na medida em que o homem do campo era expulso e lançado nas periferias urbanas, onde se vinculava às relações de trabalho assalariadas, desligava-se do clientelismo rural mesmo sem criar vínculo efetivo com a vida na cidade. Já nos municípios mais rurais, o comportamento eleitoral continuava conservador e situacionista, havendo uma tendência clara de escolha de prefeitos que pertencessem ao partido do governador. Esse trabalho de disciplina transformou-se em artigo publicado na *Revista do Departamento de Geografia*, nº 3, sob o título: "Conservadorismo e urbanização: trinta anos de eleições municipais (1947 — 1976)"

Se em 1974 o contato com a professora Léa significou uma mudança fundamental de rumo, o ano de 1978 marcaria o segundo momento mais importante da minha trajetória intelectual, influenciando-me teórica e metodologicamente. Naquele ano cursei a disciplina do professor José de Souza Martins, *Sociologia da Sociedade Agrária*, também esta do Departamento de Ciências Sociais. Tratava-se inicialmente de uma disciplina do programa de pós-graduação, como qualquer outra da Faculdade, com a duração de um semestre. No entanto, ao final do período a disciplina não se concluiu; seu término foi apenas formal, quase simbólico, em resposta à necessidade de avaliação e apresentação de trabalho semestral. Na verdade, ela se prolongou por cerca de quinze anos e, ao longo desse tempo, muitos dos alunos se

transformaram em professores de diferentes unidades da USP. Esses quinze anos trouxeram grande enriquecimento intelectual, troca intelectual constante, construção de referências teóricas e profundo convívio universitário, no qual estiveram presentes estudiosos com as mais diversas formações: geógrafos, cientistas sociais, pedagogos, economistas, padres, arquitetos, engenheiros, médicos e advogados, por exemplo.

A proposta do professor Martins era proceder a uma leitura metodológica da obra de Marx. Longe de significar mais uma leitura de *O capital*, o objetivo era, segundo suas próprias palavras, “produzir uma compreensão rigorosamente acadêmica da ampla riqueza dos procedimentos metodológicos de Marx em suas diferentes obras”.<sup>5</sup> A preocupação do professor Martins em proceder a uma leitura rigorosa das obras de Marx decorria de sua negação da leitura estruturalista, sempre associada ao evolucionismo mecânico. Esse vinha seguido de formas de leitura ideologizada do marxismo, que invadiam e, no seu simplismo reducionista, assolavam o trabalho universitário.

Minha primeira leitura da obra de Marx foi *Elementos fundamentais para a crítica da Economia Política (Grundrisse)*. *O capital* foi lido e relido em duas edições diferentes. Estudamos o *Capítulo inédito*, a *Teoria da mais-valia*, a primeira parte do livro *A ideologia alemã* — obra em co-autoria com Engels —, a *Contribuição à crítica da Economia Política*, os *Manuscritos econômicos e filosóficos*, a *Questão judaica* e a *A miséria da filosofia*, sempre mantendo a preocupação com o rigor do método.

Depois de dez anos de estudo dos textos de Marx, em 1988 o professor Martins sugeriu que abordássemos a obra de Henri Léfèbvre, autor que analisa a sociedade contemporânea. Como renovador do pensamento de Marx, Léfèbvre considera que a “continuidade da dialética, no século XX e no fim deste milênio, como instrumento de produção de conhecimento científico, não se confunde com a repetição de Marx, em muitos aspectos um autor do século XIX”.<sup>6</sup> Realizamos a discussão de várias obras lefebvrevianas. Lemos os quatro volumes de *De L’État; Le Retour de la Dialectique; Une Pensée Devenue Monde: Faut-il Abandonner Marx?; Hegel, Marx e Nietzsche ou Le Royane des Ombres; Metaphilosophie; Sociologie de Marx; Au-delà du Structuralisme, Logique Formelle*,

---

5 MARTINS, J. S. (Org) *Henri Léfèbvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.(contracapa)

6 Ibidem.

*Logique Dialectique*, e os três volumes de *La critique de la vie quotidienne*. Do trabalho com essas obras, as leituras que gostaria de destacar, por terem tido um significado particular, foram: *Le Manifeste Differentialiste*, *La Presencia y la Ausência* e *La Conscience Mystifiée*, sendo essa última uma obra em co-autoria com Norberto Guterman.

Embora o grupo envolvido nessas leituras tivesse como norma não comentar nos seminários as pesquisas individuais, atendo-se exclusivamente aos textos em discussão, a qualidade intelectual desse trabalho universitário, realizado fora de todas as regras estabelecidas, marcou definitivamente a produção individual de todos que dele participaram. Ao final dos longos anos em que nos reuníamos às sextas-feiras pela manhã, semestre sim, semestre não, deixei de participar do seminário final e do projeto do livro: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. Neste semestre estava em viagem no exterior, procedendo à minha pesquisa de pós-doutorado e não me foi possível acompanhar esse fecho do que intimamente chamávamos de “seminário do grupo do Martins”.

Dizer que uma disciplina do mestrado acompanhou minha formação não é inteiramente verdade, pois aquela era não uma disciplina, mas um espaço de discussão de leituras sistematizadas, onde o que valia não era o mérito de uma aprovação ou o benefício de uma bolsa de estudos, mas o conhecimento. Foi um privilégio que tive, em termos de repensar a ciência e o método do conhecimento científico; foi uma verdadeira dádiva de Athena.

Durante o período do mestrado, que perdurou até 1985, compartilhei com vários colegas da pós-graduação da preocupação em renovar os estudos em geografia e as dúvidas como encaminhar uma análise dialética do espaço. Foi com essa preocupação que retomei e ampliei os estudos com minha colega Ana Fani Alessandri Carlos, sobre a história do pensamento geográfico. Estes estudos tinham o sentido de apreender as categorias de análise geográficas que eram utilizadas por autores clássicos, como Maurice Le Lannou e Jean Brunhes, captar o que elas esclareciam e quais outras categorias de análise poderiam ser incorporadas ao pensamento geográfico, potenciando instrumentos que poderiam revelar a sociedade.

Como resultado desses estudos conjuntos escrevemos três textos que foram apresentados em Reuniões Científicas e posteriormente publicados. Em 1980, no 4º

Congresso Nacional de Geografia, no Rio de Janeiro, apresentamos o trabalho "Apropriação capitalista do espaço" que foi publicado nos *Anais* desse Congresso. Na elaboração desse texto, utilizando alguns trabalhos de Marx, discutimos o processo de apropriação do espaço chamando a atenção para a importância de se discutir a questão da propriedade e da renda da terra. Com esse trabalho queríamos afirmar a importância da teoria do valor enfatizando não o uso da terra, mas o seu valor de troca. Tradicionalmente, a Geografia havia dado ênfase, sobretudo, a análise do uso do espaço, cabia naquele momento avançar e incorporar a dimensão do valor de troca e da renda da terra na análise do espaço geográfico. Naquele início de década, essa preocupação respondia ao desejo de renovar criticamente, a perspectiva geográfica, especialmente o enfoque dos estudos em geografia urbana e regional.

Na Reunião Cultural promovida pela AGB, em São Paulo, também de 1980, apresentamos o artigo "Alguns elementos para a discussão do espaço como mercadoria", que em 1982 seria publicado na revista *Borrador*. Nesse texto nossa preocupação foi a de contribuir para a discussão do espaço como mercadoria, mas ressaltando que o espaço tinha suas especificidades, não se constituindo numa mercadoria como outra qualquer. Tratava-se, mais uma vez, de levantar elementos teóricos para o estudo urbano na perspectiva geográfica e, de uma maneira geral, de uma tentativa de superar impasses e dilemas sobre o que estava sendo discutido como crise da geografia.

O texto advertia, logo no início, sobre a importância de se lançar indagações e de se preocupar com o rigor metodológico no sentido de provocar o avanço crítico do conhecimento em Geografia. Nesse artigo procuramos salientar a importância de Hartshorne, um dos que chamou atenção, na primeira metade do século XX, para o reconhecimento da inclusão dos fatores culturais na análise geográfica, ampliando a dimensão da noção de meio geográfico. Tecemos considerações sobre a construção da natureza histórica e discutimos o espaço como natureza e como produto social, analisando a questão da apropriação e de sua valorização.

Outro trabalho conjunto foi o artigo "A categoria Formação Econômica da Sociedade e a análise geográfica", que também foi publicado na revista *Borrador* de 1982. Com esse texto procuramos indicar que a geografia influenciada pelo marxismo



não poderia deixar de discutir o conceito de formação econômica e social, porque essa noção se constitui numa das categorias centrais do materialismo histórico. De forma clara esse trabalho defendia a posição de que essa categoria de análise da realidade não era específica de um ramo do conhecimento. A partir de uma análise de autores que a discutiram, criticamos a incorporação que se fazia desse conceito na Geografia. Essa incorporação nos parecia equivocada e redutora e procuramos mostrar a importância de não se reduzir à análise marxista ao aspecto econômico.

O texto revelava a necessidade de se superar a chamada “crise da geografia”, negando o que poderia ser chamado de “transteorização”, decorrente do uso apenas nominal e descontextualizado de noções de outras disciplinas. A nosso ver, a crise da geografia decorria, também, do uso indevido e do reduzido conhecimento de outras disciplinas em que se procuravam apoiar a análise. Era fácil encontrar reduções teóricas absurdas, equívocas e equivocadas, que serviam mais como obstáculos do que como esclarecimento, que precisavam ser discutidas e criticadas com o objetivo de salvaguardar a produção do conhecimento e a riqueza da disciplina que as incorporações irrefletidas vulgarizavam.

Nesta fase de formação, de aprofundada preocupação teórica e metodológica, tornava-se cada vez mais claro, para mim, que o sentido que eu buscava para a geografia era, sobretudo, o da possibilidade de compreensão das desigualdades espaciais.

### **3. Primeiros anos como docente da USP**

Terminado meu estágio no CCE, em 1982, voltei a ministrar aulas de Geografia no ensino médio. Embora minha pesquisa de mestrado fosse prioritária, o longo período para sua realização criava possibilidade de desfrute de outras experiências acadêmicas. Uma delas ocorreu no IDESP — Instituto de Estudos Econômicos de São Paulo, junto ao professor Bolivar Lamounier que, naquela época, era professor da PUC, a Pontifícia Universidade Católica, tendo muitos anos depois vindo para nossa

Faculdade, para o departamento de Ciências Sociais. A participação nas reuniões desse instituto significava uma tentativa de manter ativos os estudos empreendidos em geografia eleitoral e a perspectiva da geografia que relacionava espaço e política no processo de urbanização. Minha participação na pesquisa do instituto dizia respeito à análise da dispersão e concentração territorial dos votos dos deputados estaduais eleitos em 1982, relacionando essa análise com os padrões regionais de desenvolvimento urbano no Estado de São Paulo.

A outra pesquisa era vinculada à FUPAM — Fundação de Pesquisa Ambiental, coordenada pelo professor Philip Gunn, da FAU/USP, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, e seu título era: *Mecanismos de intervenção governamental na evolução da rede urbana paulista*. Minha inserção, nessa pesquisa, estava voltada para a análise da rede urbana paulista.

Participava, também, das reuniões do Neru — Núcleo de Estudos Regional e Urbano da revista *Espaço & Debates*, da qual fazia parte como membro do corpo editorial. Esta revista havia sido concebida no ano anterior por um grupo de professores, profissionais e pesquisadores estudiosos das questões urbana e regional. Nessas reuniões buscávamos nos atualizar sobre temas e questões relativos à análise regional e à intervenção urbana. Por meio da revista *Espaço & Debates*, buscávamos “contribuir para a compreensão e identificação dos componentes envolvidos nas dinâmicas econômica, política e ideológica que norteiam as diferentes formas e conteúdos de intervenção no espaço”.<sup>7</sup>

Esse foi o contexto que me conduziu a fazer, junto com o professor Philip, a tradução de um texto de Doreen Massey acerca do regionalismo, no qual essa geógrafa inglesa desenvolve uma discussão marcante sobre a questão da desigualdade regional. Essa foi minha primeira contribuição nesse periódico; posteriormente, publiquei artigo e resenhas de geógrafos e até hoje mantenho contato com o núcleo da revista, algumas vezes realizando pareceres sobre artigos enviados à revista para publicação.

Em novembro, desse ano de 1982, ingressei como professora no Departamento de Geografia, após um processo de seleção que constava de prova escrita, aula didática e entrevista para preenchimento de uma vaga na área de Geografia Regional. Uma vez

---

<sup>7</sup> Proposta Editorial, *Espaço & Debates*, nº 1, 1981, p. 5.

que minha contratação para docente era em tempo parcial, tive de interromper minha participação nas pesquisas do Idesp e da Fupan, já que não poderia declinar das minhas atividades de professora nas escolas particulares, o fundamento de minha remuneração naquela época.

Como ingressei na condição de Auxiliar de Ensino, comecei a ministrar aulas juntamente com a professora Maria Regina de Toledo Sader, que retornava de longo exílio na França e se inseria novamente no departamento. A disciplina denominava-se *Panorama da Geografia do Brasil* e era voltada para os primeiros anos do curso. Pertencia à área de Geografia Regional e era pré-requisito para todas as demais disciplinas; isso significava classes cheias, sobretudo no curso noturno, com uma média de 90 alunos. O desafio, nesse início de docência universitária, era reafirmar minha condição de professora, que era de aprender transmitindo conhecimento e ensinar com responsabilidade pela formação da consciência do outro.

As preocupações teóricas em relação à geografia, compartilhadas com minha colega Fani, agora não mais na condição de alunas, mas na de docentes do Departamento, motivaram-nos a empreender esforços na elaboração de um trabalho que foi levado ao 4º Congresso Brasileiros de Geógrafos, realizado em São Paulo no ano de 1984. Apresentamos, então, um trabalho que procurava analisar como o “regional” era discutido no *Boletim Paulista de Geografia*. Analisamos todos os textos publicados como estudos regionais, além dos editoriais do periódico. Pudemos perceber claramente, nos estudos regionais, a reiterada manifestação da influência da escola lablachiana nos primeiros treze anos do periódico, como também a ausência de uma reflexão teórica sobre região, que só aparecia no artigo de Pierre George publicado em 1963. Notamos a pequena presença de artigos relacionados à geografia quantitativa e identificamos seus autores como os da “Escola de Rio Claro”. Percebemos, também, a grande mudança no *Boletim* havida em 1973, dada a influência do marxismo na geografia, que introduziu novos temas e colocou o estudo regional em um plano secundário. Em outros termos, a emergência e o aflorar das questões metodológicas em debate indicavam, claramente, que a geografia passava por uma renovação. Nós vivíamos intensamente essa turbulência e buscávamos construir alternativas.

A situação que vivia era dilaceradora, pois as obrigações com o ensino médio e o apaixonado engajamento como docente do Departamento, envolvida, como auxiliar de ensino, em preparação de aulas, correção de trabalhos e provas, acompanhamento de alunos, excursões e comissões, enfim, do que é próprio da carreira docente, aliados às atividades da pesquisa de mestrado que exigiam viagens para o interior do estado estreitavam as vinte quatro horas do dia. Parece que elas nunca mais retornaram a sua dimensão devida e, daí em diante, se adelgariam progressivamente.

O tema da minha pesquisa, já mencionado, dizia respeito ao estudo da relação entre agricultura e urbanização. O estudo de caso tinha como referência a cidade de Jardinópolis, próxima de Ribeirão Preto, distante cerca de 350 km de São Paulo. A opção pelo estudo de uma pequena cidade decorreu de uma série de fatores. Em primeiro lugar, desde a minha infância observava claramente as particularidades que diferenciavam as várias cidades que conheci. Refletindo sobre isso, chamava minha atenção o fato de as pequenas cidades serem extremamente semelhantes em aparência, aspecto que, no entanto, não resistia a um olhar mais acurado, que trazia à tona as diferenças. E isso me intrigava, tanto quanto o fato de umas cidades terem crescimento rápido enquanto outras se apresentavam estagnadas.

Além disso, percebia uma quase ausência de estudos sobre as pequenas cidades, talvez porque muitos desses estudos no passado se constituíssem em monótonas monografias e expressassem, muitas vezes, o mais típico modelo de uma investigação que repetia mesmice. Além desse aspecto, considerava que a prioridade quase absoluta dada ao estudo da indústria e da urbanização levava a uma descabida desconsideração de um número enorme de cidades no Estado de São Paulo, para não dizer do Brasil, e, também, intuía que o estudo das pequenas cidades traria elementos novos e fundamentais para se conhecer o processo de urbanização, já que esse não produz apenas grandes cidades ou metrópoles. Estava vigente uma dicotomia entre a urbanização de cidades do interior e a da metrópole, a meu ver essa segmentação dualista se mostrava falsa. Era necessário contribuir para sua superação.

Essa posição, acerca da importância do estudo das pequenas cidades, foi reforçada quando li o livro de Pierre Monbeig, *Novos estudos de geografia humana*, no qual o autor afirma que a “geografia urbana não se limita ao estudo das grandes capitais:

idades pequenas apresentam tanto interesse quanto as colméias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo, o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as engrenagens bem lubrificadas, concorrendo a toda velocidade, das metrópoles imponentes”.<sup>8</sup> Esta leitura mostrou-se decisiva para que eu enfrentasse o desafio de fazer uma pesquisa fora do paradigma hegemônico, que me parecia promissor.

A preocupação com a metodologia científica foi a responsável pela minha opção em discutir uma pequena cidade da perspectiva de um estudo de caso. Essa visão me permitiu elaborar uma análise mais profunda da relação entre agricultura e urbanização, de um ponto de vista histórico, e a reconstruir, teoricamente, as referências do lugar e da região. A partir da compreensão da cidade como materialização das condições gerais da produção capitalista, analisei a inserção do município de Jardinópolis na divisão territorial do trabalho e o desenvolvimento das relações sociais de produção, no campo e na cidade. Busquei considerar a dimensão da natureza na análise da produção, discutindo a destruição da primeira natureza e a produção social da segunda, como condição e meio do domínio do trabalho pelo capital. Na época, como hoje, entendo que a consideração da natureza é decisiva por ser dimensão intrínseca e específica da análise geográfica, e que essa se realiza quando aquela dimensão, seja como primeira ou segunda natureza, passa a ser considerada na unidade de um processo sócio-espacial.

Participaram como banca de minha de defesa pública, além da professora Léa, que presidia a sessão, os professores José Graziano da Silva, da UNICAMP — Universidade de Campinas, e o professor Pasquale Petrone, que me atribuíram nota dez com distinção. Obtido o título de mestre, com a apresentação da dissertação: *Agricultura e urbanização. A capitalização do campo e a transformação da cidade. Jardinópolis, o estudo de um lugar*, alçava-me á condição de poder ser responsável por disciplinas no Departamento. Estávamos em 1985 e não só a conclusão do longo trabalho de Mestrado significava mudanças. De mesma importância foi a alteração do meu regime de trabalho na Universidade, que passou a ser de dedicação integral à docência e à pesquisa possibilitando, assim, dedicação exclusiva à vida universitária. Também, o

---

8 MONBEIG, P. *Novos Estudos de Geografia Humana*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1975, p.36.

rumo do país mudava significativamente. Nesse ano, a direção política do país, desde 1964, nas mãos dos militares, passava aos civis, graças ao movimento social e o resultado de votação no Colégio Eleitoral. A República ressurgia e a amplitude das mudanças trazia regozijo coletivo e novos sonhos eram construídos.

#### 4. Os anos de doutorado

Os anos 80 significaram transições importantes e amplas na política brasileira. De diversas maneiras concorreram para mudanças na vida social e interferiram na vida universitária, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, no Departamento de Geografia e na própria maneira de orientar a formação do geógrafo. Foi nessa década que a Faculdade recebeu de volta do governo do estado o prédio da Maria Antônia, edifício símbolo da resistência da Faculdade à subtração da democracia, da luta pela liberdade de idéias e do combate à ditadura. Reintegrava-se ao patrimônio da Universidade e se colocava a serviço da cultura reconstruindo laços com a cidade, representando novos tempos e inaugurando novas esperanças.

Foi esse o contexto em que iniciei o Doutorado sob a orientação da professora Maria Adélia A. de Souza, etapa que conclui seis anos mais tarde, com minha antiga colega Ana Fani Alessandri Carlos. Como docente, coube a mim responsabilidade pela disciplina de *Geografia Regional do Brasil II*, cujo tema era *O Estado de São Paulo*. Além dessa disciplina, ministrei aulas de *Orientação à Pesquisa em Geografia Humana*, ocasião em que fizemos uma pesquisa no bairro de Santa Ifigênia, que naquele momento era objeto de interesses divergentes: um relacionava-se a um projeto de renovação urbana, enquanto outro dizia respeito à sua preservação. Meu objetivo, além do exercício da pesquisa, era o de conduzir o olhar dos alunos, como cidadãos, para o que se discutia na imprensa paulistana sobre a cidade, fazendo-os olhar os problemas da cidade, do ponto de vista da geografia.

Venho ministrando com interesse sempre renovado essa disciplina de orientação, que na reforma curricular passou a ser intitulada de *Iniciação à Pesquisa*, ministrada em dois semestres. Porém, nos anos recentes não mais tenho proposto um

tema comum para o seu desenvolvimento, pois minha responsabilidade restringe-se ao segundo semestre quando a maioria dos alunos já definiu um tema de pesquisa, embora às vezes não tenham conseguido elaborar um projeto com o rigor científico adequado ao seu nível de conhecimento. Se por um lado as discussões tornaram-se menos focadas, por outro elas trazem a riqueza da multiplicidade de questões e de visões que se traduzem no desenvolvimento dos trabalhos com um debate muito produtivo.

Com o mestrado realizado e o Doutorado em andamento, abriu-se a possibilidade de orientar pesquisas de alunos de graduação. Assim, iniciei minhas atividades de orientação à pesquisa fora da sala de aula e até hoje mantenho ativa orientação de graduandos em Iniciação Científica. Tenho enorme disposição de orientar alunos desse nível, pois considero essa atividade muito relevante, por ser formadora das atitudes iniciais dos estudantes para com o processo de conhecimento. Imagino que ao exigir sistematização nas leituras e rigor no desenvolvimento das análises estou despertando o respeito ao conhecimento disponível e à capacidade crítica, duas condições que me parecem indispensáveis para a produção do conhecimento científico.

O primeiro projeto de Iniciação Científica que orientei e que contou com apoio do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico foi importante, também, para mim. O tema da aluna era “A identidade territorial na Revolução Farroupilha. Uma discussão do regionalismo na perspectiva geográfica”. Posteriormente, essa temática seria objeto de outra pesquisa de TGI — Trabalho de Graduação Individual, realizada por outra aluna.

A orientação dessas pesquisas me suscitou a seguinte pergunta: desde quando se pode, no Brasil, falar em região como uma questão do Estado Nacional? Em outros termos, a partir de que momento se poderia falar de região e questão regional no Brasil? Por meio de leituras acerca da história brasileira, observei que o Brasil apresenta questões que poderíamos chamar de regionais já no momento da internalização física e territorial do poder metropolitano em 1808, momento em que o Brasil passa a se constituir, pela primeira vez, num território referenciado internamente. Para essa reflexão tomei como referência a Revolta dos Balaios, maior movimento regional do Império brasileiro ocorrido no Maranhão. Analisando esse movimento e trabalhando

com vários mapas atuais e do começo do século XX, bem como com o *Atlas do Império*, de 1868, procurei regionalizar as batalhas e acontecimentos dessa revolta a partir de um estudo que buscava identificar as cidades e áreas que foram palco das lutas e de um estudo histórico da evolução dos nomes dos lugares comparando o mapa do Maranhão e do Piauí, de 1868, aos mapas atuais. Elaborei uma carta em detalhe que representava a região onde se desenrolaram esses acontecimentos. Infelizmente, por problemas editoriais e gráficos na publicação do trabalho esse mapa, que reputo da maior importância, não foi incluído. Trata-se, pelo que sei, do único registro cartográfico da revolta que ultrapassou o Maranhão alcançando a porção ocidental do Piauí, conformando uma região *sui generis*. Concluí essa pesquisa convicta de que a Revolta dos Balaios, ao se constituir em plena Regência como uma problemática de caráter territorial, colocou-se como uma importante questão regional na medida em que muitas das reivindicações se revestiram de manifestações de cunho territorial, expressas na luta pelo poder local e pela redução do poder central do Império.

Esse trabalho foi apresentado no I Encontro de Geógrafos da América Latina, em Águas de São Pedro, em 1987, intitulado “A Revolta dos Balaios. Uma questão regional na formação do espaço brasileiro (1838-1841).”<sup>9</sup> Na apresentação questionaram se se não estaria fazendo história, já que a geografia era uma ciência que focaliza o presente. Trata-se, certamente, de uma falsa questão. Como havia feito o curso do professor Manuel Correia de Andrade, por ocasião de sua estada como professor visitante do programa de pós-graduação em geografia humana, ousei enviar o trabalho para sua apreciação, tendo ele respondido: “tive a oportunidade de ler e reler o seu trabalho sobre a Balaiada, trabalho em uma linha que muito me agrada por ser totalizante, dominando conceitos arbitrariamente classificados como de História, de Geografia, de Sociologia, etc. Considero o mesmo de bom nível, quer quanto a metodologia de exposição, quer quanto ao estilo e é muito oportuno porque traz uma visão nova e uma série de contribuição ao conhecimento da formação do Brasil...” Senti-me plenamente legitimada em meu entusiasmo pela Geografia Regional e convencida da importância de avançar ainda mais nos estudos interdisciplinares.

---

<sup>9</sup> Esse texto foi publicado na revista *Geografia Teórica*. Rio Claro: AGETEO, v. Especial, 16-17, nº 31-34.



No início do meu programa de doutorado tive oportunidade de fazer um estágio na França visitando vários laboratórios de pesquisa em geografia, vinculados ao CNRS — Centre National de la Recherche Scientifique. A convite do professor Michel Rochefort, um dos geógrafos e planejadores franceses que mais influenciou os estudos urbanos e regionais no Brasil, e podendo contar com o apoio do Programa de Aperfeiçoamento Científico no Exterior, da FAPESP — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e do Centre des Relations Exterieures de Cooperation et Développement, da França, tive chance de estabelecer contato direto com instituições de governo e centros de pesquisas franceses. Desde então, atrai minha atenção à diferença de inserção dos geógrafos e mesmo o reconhecimento social que se atribui à geografia, aqui e lá.

Naquela ocasião, durante o inverno europeu, pude conhecer e conviver com geógrafos franceses com os quais mantenho até hoje laços de cooperação e amizade. Esse estágio no exterior tinha objetivo bem determinado, o de atualizar o conhecimento da produção científica francesa, particularmente a dos geógrafos, sobre a problemática urbana e regional. O contato com esses pesquisadores e o conhecimento da organização das suas instituições de pesquisa abriram um outro horizonte na minha trajetória acadêmica.

Em Paris, a visita às inúmeras bibliotecas, centros e museus e o trabalho sistemático de pesquisa bibliográfica, leituras e observações que pude efetuar, assim como os seminários e cursos de que participei, aprofundaram questões teóricas sobre a problemática urbana e regional. Os estudos das cidades e dos chamados problemas regionais se colocavam de uma nova forma. O desafio consistia em incorporar criticamente toda essa pesquisa bibliográfica feita nas melhores fontes francesas, em conhecimento organizado para a análise da realidade brasileira, particularmente, de questões que eu levaria adiante no Doutorado.

Foi nessa viagem, que tive a oportunidade de entrevistar o professor Pierre Monbeig, cujos trabalhos muito me haviam influenciado. Esse professor foi um daqueles que vieram na missão francesa por ocasião da fundação da USP. Atuou no Departamento de Geografia de 1935 a 1946, tendo sido um ardente propugnador de um conhecimento geográfico que não dispensa a pesquisa documental, a de campo e a

observação direta do que se quer conhecer. Como severo crítico do que considerava uma segmentação exagerada da Geografia, em seus vários ramos, foi um defensor dos estudos regionais, tendo deixado contribuições importantes para a geografia brasileira, particularmente, os conhecidos estudos sobre o Estado de São Paulo.

Próximo ao Jardim de Luxemburgo, no *Quartier Latin*, o professor Pierre Monbeig me recebeu várias vezes em sua residência, indicando livros, lugares, pessoas e centros de pesquisa que considerava importantes para o meu conhecimento. Sob um frio rigoroso até mesmo para os parisienses, o professor me recebia com uma boina típica de *montagnard* e cachecol de lã e, gentilmente, providenciava um cafezinho. Perguntava acerca de meu trabalho, mostrava gostar de me ouvir e dizia já não saber falar o português — o que não correspondia, à verdade. Afirmava não mais conhecer o Brasil e mostrava a sua atual preocupação repetindo várias vezes: — “Madame, a Amazônia, a Amazônia...”

Junto ao professor Michel Rochefort tive todo o apoio para meu trabalho no Instituto de Geografia e por sua recomendação as portas de diversas instituições, bibliotecas, universidades e centros de pesquisa me foram abertas. No laboratório LRVTM — Laboratoire de Recherche sur les Villes du Tiers Monde, vinculado ao Instituto de Urbanismo de Paris e associado ao Laboratoire de L’Ecole Nationale des Ponts et Chaussées, procurei conhecer o debate, os trabalhos recentes e as pesquisas que eram feitas sobre a problemática dos países do chamado Terceiro Mundo.

Entre os vários cursos e seminários que participei, o contato com o professor Paul Claval contribuiu para mostrar a importância da incorporação da dimensão cultural na análise geográfica. O tema da Geografia Cultural recompôs problemas fundamentais a respeito da relação entre o homem e a natureza, renovando meu conhecimento sobre as questões teóricas mais gerais da Geografia. A partir de inúmeros estudos de caso e da abordagem da perspectiva cultural, o professor Claval procurou discutir e sistematizar algumas noções geográficas fundamentais, como o sentido da natureza para os grupos sociais, o significado do lugar e a questão do território.

Fora de Paris, visitei centros de pesquisa em Bordeaux e Toulouse. Na primeira cidade fui recebida pelo professor Alain-Durand Laserve e tomei contato com as

pesquisas que eram feitas em relação à temática habitacional, às condições de trabalho e à questão da gestão das grandes aglomerações. Em Toulouse, dentre os vários projetos que estavam em desenvolvimento em diferentes laboratórios de pesquisa, despertaram minha atenção os estudos sobre as mutações das sociedades rurais e as pesquisas dirigidas pelo professor Claude Bataillon acerca do México.

A partir desse estágio na França pude perceber a real importância da cooperação científica e do intercâmbio acadêmico internacional no sentido de acelerar, intensificar e atualizar o debate das questões da geografia nas quais estava interessada.

Logo que retornei me foi solicitado pela Cenp — Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, órgão da Secretaria de Educação, uma assessoria para a elaboração da Proposta Curricular para o Ensino de Geografia de Primeiro Grau, particularmente dizendo respeito às séries, de primeira à quinta, graças à minha experiência no curso primário. Esse trabalho foi muito interessante e durante todo o seu desenvolvimento lembrei minha atuação como professora primária e as difíceis condições de trabalho que enfrentei. Essa experiência foi fundamental na elaboração de uma proposta conseqüente.

Em 1988 embarquei novamente para a Europa com apoio da Fapesp, para participar de reunião internacional. Era o meu primeiro congresso científico no exterior, em Amsterdã. Tratava-se do 46º Congresso Internacional de Americanistas, um encontro voltado para o estudo das Américas, importante reunião com cerca de mil pesquisadores vinculados a várias disciplinas. Nessa oportunidade entrei em contato com antropólogos, economistas, arqueólogos e geógrafos dedicados ao estudo da América Latina. Participei de uma mesa-redonda sobre o tema “Cidades pequenas e médias na América Latina” e tive a oportunidade de debater parte dos resultados de meu recente Mestrado apresentando trabalho sob título “The intensification of capital in the country and the new relation between rural and urban”. Na ocasião me surpreendeu a aglomeração de pesquisadores na sala e a recepção à apresentação do meu trabalho. Eles estavam especialmente interessados em discutir a relação entre agricultura e urbanização paulista e eram, em sua maioria, geógrafos alemães da Universidade de Tübingen, cujo Departamento de Geografia tem um centro de estudos sobre o Brasil. Esses pesquisadores estavam acompanhando as transformações que

ocorriam na agricultura e a emergência de conflitos de trabalhadores em cidades no interior do estado, como aquele que ocorrera em Guariba. Até hoje alguns deles ou seus orientandos, quando em viagem de pesquisa pelo Brasil, entram em contato comigo aqui na USP.

O trabalho apresentado se situava como um desdobramento da reflexão que desenvolvi na dissertação de mestrado e, posteriormente, o organizador daquela sessão de debates me escreveu propondo que eu atualizasse informações e elaborasse mapas com o intuito de publicá-lo. Em 1995 esse trabalho surgiu sob o título “Rural Transformation and Urbanization in a Core Region. The Historical Development of Rural-Urban Relations in the State of São Paulo, Brasil”, capítulo do livro *Regional Development in Latin America*, pertencente à série latino-americana publicada pela editora Thela, de Amsterdã.

Ainda no ano de 1988 me associei à *International Sociological Association* e participei no Rio de Janeiro da reunião do Comitê de Sociologia do Desenvolvimento Urbano e Regional. Nessa reunião tive contato com as pesquisas de Mark Gottdiener, naquela época professor de sociologia e coordenador do programa de Estudos Urbanos da Universidade da Califórnia, em Riverside, nos Estados Unidos. A originalidade dos trabalhos de Gottdiener, situando-se numa perspectiva crítica dos principais teóricos do urbano, privilegiava o enfoque da produção social do espaço urbano. Assim, despertou meu interesse e coincidiu com o momento que a EDUSP — Editora da Universidade de São Paulo passou uma circular solicitando aos professores a indicação de livros de autores estrangeiros que considerassem importantes para serem traduzidos pela editora. Aproveitei a oportunidade para indicar o livro *The Social Production of Urban Space*. Em 1993 essa tradução veio a público com uma pequena apresentação na qual procurei salientar a importância desse livro para profissionais e estudiosos que se voltam para o estudo da relação espaço e sociedade.

O ano seguinte marca uma nova inflexão na vida institucional da Universidade. Trata-se da autonomia universitária que, entre outras coisas, atrela o orçamento da universidade ao recolhimento do ICMS, cabendo às universidades paulistas 9,57% do valor arrecadado anualmente e à USP 5,20% dessa porcentagem. Essa mudança não altera a difícil tarefa de levar a frente uma universidade que requer vultosos

investimentos para garantir sua excelência acadêmica no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão. Ela, como as demais universidades públicas exigem recursos significativos para cumprirem seus objetivos. Mesmo em países desenvolvidos como os Estados Unidos, onde se imagina, equivocadamente, que predominam as instituições privadas no ensino superior, em sua maior parte os recursos para as universidades — cerca de 60% — são provenientes do setor público.<sup>10</sup>

Durante o período do Doutorado, realizado simultaneamente às atividades de docente no Departamento, comecei a participar, mais freqüentemente, de atividades acadêmicas no exterior e intensifiquei minha participação em pesquisas. Desenvolvi três projetos de pesquisa que contaram com o apoio do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Esses projetos tinham como objetivo desenvolver matrizes teóricas e um banco de dados para a elaboração de minha tese de doutorado, mas seus resultados foram além disso. A combinação dessas diferentes pesquisas foi extremamente estimulante para o andamento e o resultado final da tese, concluída em 1991.

Na dissertação de mestrado havia analisado a relação entre a agricultura e urbanização, particularmente o desenvolvimento de relações capitalistas no campo e o processo de urbanização paulista que havia conformado a rede urbana estadual e a primazia da cidade de São Paulo como centro hegemônico do país. Mostrava como essa rede de cidades tinha se consolidado como desdobramento da riqueza produzida pela cafeicultura. Mas também o processo de urbanização estava relacionado com a industrialização, que era responsável pela localização concentrada das fábricas na Capital e em sua região mais próxima. Na década de 1980 eram visíveis os sinais de transformação na Região Metropolitana de São Paulo, tanto quanto no Interior, que renovava e adensava sua industrialização. Caberia, então, refletir sobre a relação entre indústria e urbanização no sentido de compreender a reestruturação em curso, as transformações regionais do Estado de São Paulo e a persistente afirmação da primazia de sua Capital.

---

<sup>10</sup> Nas universidades, quase que integralmente financiadas pelo poder público, estudam cerca de 11 milhões de estudantes, de um total de 14 milhões de estudantes universitários, segundo informação do U.S. Department of Education. Informação disponível em [www.ed.gov](http://www.ed.gov). Acesso em 20 de julho de 2004.

A pesquisa, *Regionalização do Capital e Geografia da Produção. Uma Análise das Políticas Regionais Recentes*, apoiada pelo CNPq e realizada de 1988 a 1990, por meio de bolsa de produtividade em pesquisa (nível 3A, Processo 303353/87-2), voltava-se para a análise da relação entre a produção industrial e as políticas de desenvolvimento regional. Tinha como objetivo captar a relação entre o processo de industrialização e os esforços do poder público na promoção de políticas regionais. A pesquisa permitiu ver que nos planos de desenvolvimento regional a intenção de minimizar as desigualdades do território brasileiro tinha muito de retórica, pois o que ocorreu foi, de fato, a legitimação e favorecimento da lógica excludente da reprodução do capital e dos interesses das elites dirigentes da classe dominante.

A pesquisa *A Regionalização do Capital e a Ação do Estado. A indústria têxtil no Brasil*, apoiada pelo CNPq e realizada de 1988 a 1990, como auxílio financeiro (Processo 408562/88-9/AS/FV/PQ), buscou investigar o processo de concentração da indústria têxtil em São Paulo, que até os primeiros anos do século XX se concentrava no Nordeste. Analisei o processo de mobilidade espacial do capital na atividade têxtil, processo esse apoiado no Estado, e discuti a substituição do discurso desenvolvimentista, promovido pelo governo e pelo empresariado, pelo discurso produtivista assentado na necessidade de progresso tecnológico e organizacional das empresas como fundamento do desenvolvimento econômico.

Com a pesquisa *A Identidade Regional como Representação Mitificada de Determinados Interesses e sua Manipulação pelas Políticas de Desenvolvimento Regional*, apoiada pelo CNPq, de 1990 a 1991, sob o Processo 410650/89-7/SA/FV/PQ, desenvolvi estudos sobre a manipulação da idéia de região e seus desdobramentos mistificadores com o objetivo de captar, no discurso das políticas de industrialização e de desenvolvimento regional, o apelo à identidade regional como elemento na formulação de regionalismos.

Entre os vários desdobramentos dessa pesquisa cabe mencionar o trabalho intitulado *A Mudança do Discurso Desenvolvimentista Face à Crise da Economia. A Falência das Políticas de Desenvolvimento Regional*, de 1992, onde se discute que a utilização da temática regional havia deixado de ser o eixo central de legitimação de muitas políticas de desenvolvimento. Afinal, essas políticas não terem cumprido seu papel no desenvolvimento regional e significavam apenas a modernização de algumas regiões do

país, uma vez que as disparidades regionais, em vez de diminuírem, haviam aumentado no período de maior investimento nos planos de desenvolvimento regionais.

Nesse trabalho, contraditando os que nos anos 70 e 80 decretavam o declínio da importância institucional da temática regional e a morte da noção de região, eu apontava que o tema região não estava “caduco”. Procurava mostrar que estava perdendo sua base institucional, que o colocava como uma questão de Estado, em face de crise econômica que acabava com o sonho desenvolvimentista e do discurso de diminuição das disparidades regionais. Confundidos com esse desinteresse institucional do governo pelo planejamento regional, o tema e o estudo da região pareciam perder sua legitimidade teórica. Um aspecto adicional para o declínio da temática regional procedia do fato da região se constituir numa noção polissêmica, comprometendo-a como uma categoria de análise científica. Diante dessas dificuldades, para se manter a legitimidade teórica e científica da noção de região, noção tradicional e tão cara à Geografia, eu considerava que o abandono puro e simples do estudo regional não seria a melhor solução, e que os geógrafos deveriam enfrentar o desafio intelectual de repensar esta noção.

Enquanto desenvolvia esses projetos de pesquisa, tive a oportunidade de ministrar, pela primeira vez, em 1988, a disciplina *Organização do Espaço Regional* que mais tarde seria renomeada de *Teoria da Região e Regionalização*, nome mais amplo que aquele e que enfrentava mais adequadamente os problemas colocados naquele momento, tanto para o ensino, como para a pesquisa do tema. A responsabilidade por essa disciplina exigiu uma sistematização acerca do desenvolvimento da noção de região em geografia. Foi ela que me inspirou a formulação do tema de minha tese de livre-docência.

A importância da disciplina *Teoria da Região e Regionalização* reside no fato de que a análise geográfica não prescinde de recorte espacial. Longe de qualquer voluntarismo, esse recorte é a priori uma questão teórica e metodológica. Portanto, a meu ver, trata-se de uma disciplina fundamental para a formação do geógrafo, e sua transformação em disciplina optativa com redução de sua carga horária pela metade significou uma miopia na compreensão das diferenças espaciais e um retrocesso didático, que levei anos discutindo, tendo conseguido, apenas, a restituição de seus créditos relativos a

quatro horas semanais. Nesses anos de luta procurei não me deixar vencer por falsos argumentos ou constrangimentos que buscam desprestigiar a área de geografia regional no Departamento, por motivos não declarados, mas que passam a largo dos intelectuais. A luta ainda continua e é merecedor de insistência sua restituição como disciplina obrigatória no currículo, pois o desconhecimento e a falta de reflexão teórica e metodológica sobre os recortes espaciais cria uma grave lacuna na formação do geógrafo. Essa compreensão, juntamente com a idéia de que tal noção é imprescindível para se compreender o Brasil, foi um dos elementos que me motivou a tomar como imperiosa a tarefa de elaborar um estudo sistematizado da noção de região em geografia. Face à globalização e a emergência de novos regionalismos é inquestionável a importância da perspectiva regional na geografia.

Durante os primeiros anos do meu Doutorado, junto com a docência e outras atividades departamentais, passei a coordenar a Comissão de Intercâmbio, Atividades Culturais e Científicas do Departamento de Geografia e me tornei membro e representante do Departamento no Cedhal — Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina. Essas responsabilidades respondiam a minha visão da importância da cooperação e do intercâmbio entre áreas do conhecimento.

Na Comissão de Intercâmbio procurei desenvolver uma série de atividades no Departamento de Geografia, entre elas, a organização de uma série de palestras, incluindo até mesmo a visita de professores estrangeiros. Assim, entre vários professores visitantes que poderia citar, gostaria de lembrar a presença do professor japonês Nabuo Takahashi, que trazia, em 1986, contribuição pioneira para os estudos geográficos sobre a estruturação espacial da rede bancária. Recebemos o professor Michel Rochefort, que fez uma palestra muito interessante sobre a pobreza nas cidades e colocou em discussão a noção de rede urbana indicando a necessidade de repensá-la criticamente. Tivemos, também, o prazer de conviver com o professor Paul Claval, que discutiu as ideologias urbanas e seus impactos sobre as formas urbanas, além de nos indicar a importância da discussão temática, na perspectiva da geografia, sobre as redes de comunicação e da informática naqueles anos 80.

O cenário mundial estava vivendo mudanças profundas e se tornava transparente a nova ordem internacional. A chamada “queda do Muro de Berlim” e os



enormes problemas regionais que nasciam da desestruturação do governo soviético não vinham sós, eram acompanhados de uma profunda reorganização da economia mundial. Foi esse o contexto em que fiz o concurso de efetivação no Departamento de Geografia em 1990, tendo sido aprovada em oitavo lugar, à frente de diversos doutores, entre os vinte e quatro colegas do departamento.

Na tese de doutorado, defendida em 1991 e intitulada *Reestruturação urbano-Industrial. Centralização do capital e desconcentração da Metrópole de São Paulo. A indústria têxtil*, discute as recentes transformações urbanas e industriais do Estado de São Paulo, indicando que aqui, ao contrário do que aconteceu nos países desenvolvidos, a reestruturação industrial não era decorrente da incorporação de tecnologias ou do desenvolvimento da produção flexível. Mas, era um produto da dispersão dos estabelecimentos fabris e da precarização do trabalho associadas aos processos de concentração e centralização do capital que têm aprofundado o caráter desigual do desenvolvimento brasileiro. Chamei atenção para o fato de que esses processos se deram num quadro de ampliação da metrópole paulista e desconcentração espacial da produção industrial, negando a perspectiva que entende esse processo como descentralização industrial e afirmando a idéia de que se configurava uma região metropolitana desconcentrada.

Com o intuito de analisar a reestruturação industrial, tomei como referência analítica, a indústria têxtil, por ser o ramo mais antigo e disperso em termos territoriais, mas, principalmente, porque, do ponto de vista do desenvolvimento técnico, mostra-se bastante diversificado, apresentando desde oficinas artesanais até indústrias modernas que incorporam avançadas tecnologias. Além disso, esse ramo se caracteriza pela heterogeneidade do porte industrial e por estar inserido, também, no mercado exterior. Enfim, um setor industrial que apresenta uma multiplicidade grande de aspectos.

Sua defesa pública ocorreu em 1991 e foi aprovada com a nota 9,5, em banca presidida pela professora Ana Fani Alessandri Carlos, tendo como examinadores o professor Armando Corrêa da Silva, também do Departamento de Geografia, o professor Celso Lamparelli, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, e o professor Henrique Rattner da Faculdade de Economia e Administração, todos da USP, e do professor Pedro Pinchas Geiger, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Todas essas experiências na vida universitária — nas comissões voltadas para a administração das atividades do Departamento, na pesquisa, no ensino e na extensão — enfrentei obstáculos e surpresas. Muitos obstáculos advieram da minha posição no Departamento, que foi de não alinhamento na disputa pela liderança nos encaminhamentos da vida acadêmica. Fui crítica aos grupos e preferi a posição que me caracteriza: independente, mas participante. Procurando entender a relação entre o discurso e a prática, superei constrangimentos que me foram impostos e busquei superar preconceitos e posições maniqueístas, presentes nessas disputas e na atuação de ambos os grupos. Embora uma apreensão superficial da dinâmica entre os colegas pudesse indicar que um dos grupos, por se considerar mais progressista, pairasse acima do bem e do mal, diferentemente de outros, nada disso era, de fato, real. A meu ver, sob o estigma de conservadores e progressistas se impuseram à vida universitária no Departamento dilemas e impasses absolutamente desnecessários.

De qualquer maneira, os resultados do concurso de efetivação e da defesa de Doutorado anunciavam que os anos noventa seriam diferentes e teria novos caminhos a desvendar.

## Parte II - Novos Desafios na Universidade

### 1. O desafio da livre-docência

Os novos caminhos estavam esboçados num cenário marcado por privatizações, pelo aniquilamento do protecionismo contra investidas do capital estrangeiro, pela desnacionalização de empresas, pelo estrangulamento dos gastos públicos, pelo arrocho salarial e pelo solapamento ténue, que iria se fazer vigoroso mais tarde, dos direitos sociais. A cartilha em voga negava o nacional desenvolvimentismo e tinha como título: *O Consenso de Washington*.

Não fazia cinco meses da defesa da tese de doutorado e eu já me encontrava com o compromisso de desenvolver um programa de pós doutorado sob a orientação do professor Michel Rochefort, retornando, portanto, ao Institut de Géographie, na Universidade de Paris I, Pantheon-Sorbonne. Estávamos em 1992 e, mais uma vez, contava com apoio da FAPESP. Desenvolvi a pesquisa *Reestruturação Urbano-Industrial. Os processos de desconcentração da metrópole*, durante um período de quatro meses.

O objetivo desse projeto de pesquisa era conhecer os estudos sobre as transformações atuais das regiões metropolitanas procurando novos embasamentos teóricos que poderiam ajudar na compreensão do processo que havia percebido em São Paulo. O pressuposto era de que essas transformações pareciam se repetir em outras regiões metropolitanas, num momento de reestruturação do capitalismo em escala mundial. Naquela ocasião, para sistematizar as contribuições, desenvolvi quatro eixos temáticos de estudo. O primeiro dizia respeito à reestruturação urbano-industrial no quadro das transformações gerais da economia; o segundo focalizava as transformações do sistema produtivo buscando analisar o desenvolvimento da grande empresa e a revitalização da subcontratação; o terceiro buscava relacionar as transformações do sistema produtivo às transformações urbanas, e, o quarto voltava-se para a discussão do processo de desconcentração das regiões metropolitanas.

Meu programa de pós-doutorado incluiu a participação em reuniões científicas e seminários do laboratório Strates, em Paris, bem como a visita a uma série de centros

de pesquisa na França. Em Grenoble, estive no Irepd — Institut Recherche Economique Production Développement, que naquele momento discutia o ajuste estrutural pelo qual passavam os países latinos americanos e as dinâmicas das estruturas industriais. Em Sophia-Antipolis, um pólo tecnológico francês, vinculado à Universidade de Nice, fui recebida no laboratório Latapses — Laboratoire Transformations de l'Appareil Productif et Sectoriales, e tomei contato com as investigações que eram feitas acerca dos sistemas produtivos e das novas estratégias das empresas. Em particular, dediquei-me ao estudo da relação entre a implantação territorial e as formas de organização industrial.

No retorno à USP, meu credenciamento na pós-graduação havia sido aprovado, eu poderia orientar em nível de mestrado e doutorado, bem como oferecer a disciplina *Urbanização e Industrialização do Estado de São Paulo*. Imediatamente dediquei-me a essa disciplina da pós-graduação, continuando a aprofundar as minhas pesquisas sobre a temática.

No desenvolvimento dessa disciplina tenho ressaltado a problemática da recente reestruturação urbano-industrial do Estado de São Paulo, tomando como referência de análise os processos de concentração e centralização do capital que, do ponto de vista espacial, têm produzido crescente ampliação territorial da metrópole, desindustrialização da Capital e industrialização do Interior. Acima de tudo, essa discussão sobre a urbanização e industrialização do Estado de São Paulo, se coloca como um quadro auxiliar para a sistematização dos estudos sobre a questão urbana e regional nos dias de hoje.

Com minha inserção no programa de pós-graduação do Departamento, iniciei uma nova etapa na minha vida profissional. Eu teria, agora, além das atividades que já desenvolvia no Departamento, a responsabilidade de orientação de pesquisas do curso de pós-graduação. Continuei com meu trabalho de orientação de alunos de graduação em Iniciação Científica e com a orientação dos Trabalhos de Graduação Individual. Fiz questão que a atribuição de orientação na pós-graduação se somasse à minha dedicação à orientação dos alunos de graduação, tanto que foi esse o período de maior número de orientação de alunos de graduação, alguns com bolsa do CNPq e da FAPESP.

Situada no desenvolvimento de linhas de pesquisa relacionadas à reestruturação produtiva, ao desenvolvimento regional e à produção do espaço metropolitano, orientei trabalhos sempre inspirando minha conduta nos meus antigos mestres, procurando desenvolver o espírito da iniciativa, da criação e da crítica consistente que devem estar presentes no espírito científico. Tomei a tarefa de orientação como um espaço de produção teórica e análise da realidade que jamais pode estar atrelado a valores preestabelecidos por posicionamentos estranhos à vida acadêmica.

Compartilhando da posição de Florestan Fernandes, de que a Universidade deve preparar o desenvolvimento de uma consciência autônoma e apurada do cidadão, nunca sugeri temas de trabalho, pois eles devem emanar do interesse e da curiosidade que levam o pesquisador à descoberta. As escolhas, repito, devem emanar do pesquisador, e o grau de sua relevância e pertinência é, em si mesmo, componente da formação de pesquisador. Muitas vezes a indefinição e demora na escolha do tema são angustiantes, mas parecem se constituir em aprendizado indispensável. Futuramente, muitos desses alunos estarão não só realizando outras pesquisas, mas o farão na condição de orientadores, sem supervisão e devendo ser capazes de fazer escolhas. Nesse sentido, só poderão emancipar a outros se na orientação recebida em sua formação também tiveram aprendido o sentido do conhecimento emancipacionista, que orienta, instiga a crítica e desenvolve potencialidades sem aprisionar consciências.

Não poderia deixar de fazer esta observação: o que se busca é desenvolver uma orientação que não se traduz em fazer da pesquisa do pós-graduando o meu projeto, nem, impor a ele um aspecto do meu projeto de pesquisa. Não cabe instrumentalizar a relação com o orientando, nem torná-la funcional para o orientador, sob pena de tolher iniciativas e reduzir a possibilidade de formar verdadeiros pesquisadores. Toda arte está em transitar por esse caminho sem produzir excessos, pois todo excesso é prejudicial; o da luz obscurece e o de ver exclusivamente a si mesmo impossibilita o diálogo, ao passo que o excesso de insegurança realça as dúvidas e torna permanente o indefinido. Impossibilitando o desenvolvimento de qualquer projeto.

O desafio de refinar temas amplos sem perder a totalidade, o aprendizado em circunscrever o tema, o exercício metodológico na construção do objeto de pesquisa, na problematização e na elaboração de hipóteses se constituem nos momentos mais

instigantes de qualquer projeto de pesquisa. Fazê-los compreender que a pesquisa não constitui um fim em si mesmo, sendo ela um instrumento da ciência, não é difícil. No entanto, fazê-los compreender que um problema da realidade não se confunde com um problema do conhecimento e que o objeto de pesquisa é uma construção intelectual, não podendo ser confundido com coisa ou lugar, por mais relevantes que sejam, é tarefa bastante árdua.

A reunião coloquial a cada três semanas com o conjunto dos orientandos, tendo por base leituras teóricas e metodológicas são momentos de troca muito profícua e de construção de um *esprit de corps*. A insistência para a leitura crítica de pesquisas sobre o tema procura, também, fazer com que não queiram “inventar a roda” e conheçam o ponto de onde podem partir. No mestrado é que essa atitude é mais visível, momento em que a modéstia própria dos sábios precisa ser despertada, deixando para trás a arrogância que muitas vezes acompanha a proposta intelectual. Acima de pesquisador deve pairar a condição ética e moral do indivíduo, não deixando espaço para a substituição do ethos acadêmico pelos seus simulacros.

Dando prosseguimento às minhas pesquisas, me propus a ampliar minha compreensão relativa à expansão territorial da região metropolitana de São Paulo. Contando com apoio do CNPq, durante o período de 1994 a 1996, por meio de bolsa de produtividade em pesquisa (nível 2C, Processo 303353/87-2), desenvolvi o projeto *Regionalização da Metrópole Desconcentrada de São Paulo. Uma Análise da Reestruturação Urbano-Industrial Recente*. A proposta dessa pesquisa era de analisar o desenvolvimento de novas funções urbanas e de novas lógicas de localização das atividades econômicas diante da reestruturação capitalista. Terminada essa pesquisa, solicitei ao CNPq continuidade da investigação propondo a execução de um projeto integrado com o objetivo de discutir a conformação, que se esboçava, de uma nova regionalização do Estado de São Paulo.

Desenvolvi de 1996 a 1998 a pesquisa *Metropolização e Reestruturação Urbana e Regional. A Desconcentração Industrial e a Formação de uma Nova Territorialidade no Estado de São Paulo*. Mais um período em que tive apoio do CNPq por meio de uma bolsa de produtividade em pesquisa (nível 2C, Processo 522783/95-9 (NV)) e uma bolsa de iniciação científica, o que significou a possibilidade de engajamento de aluno de graduação na prática de pesquisa. Quando fui aluna também tive oportunidade de

vivenciar essa experiência, que me despertou para o sentido social da produção do conhecimento científico.

Os resultados dessas pesquisas foram divulgados em congressos nacionais e internacionais. Tenho recebido contínuo apoio das agências de fomento à pesquisa, que, em certa medida, reconhecem o mérito do trabalho efetuado. Entre eles, cabe destacar o apoio recebido em 1994, para participar de um congresso em Lille, no norte da França. Reputo ter sido esse evento científico um dos mais interessantes dos quais participei. Apresentei o trabalho intitulado “Expansion de la Région Métropolitaine et Restructuration de l’Industrie à São Paulo”, que questionava as abordagens da reestruturação urbano-industrial assentadas no critério tecnológico, procurando mostrar que essa reestruturação em São Paulo havia se processado sem grande reconversão técnica. Procurei mostrar que a discussão sobre a reestruturação produtiva do capital, em especial quando analisada de uma perspectiva que sobrevalorizava a técnica, era muito redutora e determinista, não podendo ser generalizada para os diferentes países, como vinha sendo feito.

Nessa viagem a Lille, aproveitei a passagem por Paris para participar de um colóquio que discutia o que seria viver nas cidades da Europa no futuro. Longe de um interesse imediato, esse colóquio significou o reconhecimento de que os desafios que estão por vir demandam esforços para que se compreendam as transformações em curso, e que grande parte da solução reside em diagnósticos precisos. Indicou, claramente, que diante da velocidade e profundidade das transformações da vida atual, cada vez mais a ciência contemporânea requer precisão e urgência na elaboração de respostas.

Entre a participação de um congresso em Salamanca, na Espanha, precisamente o I Congresso Europeu de Latinoamericanistas, de 1996, e o 46º Congresso da UGI — União Geográfica Internacional, em Haia, na Holanda, desenvolvi uma pesquisa em Paris. No congresso de Salamanca discuti o comércio internacional e as inversões estrangeiras do setor têxtil no Brasil; no de Haia expus a análise feita sobre a relação entre as transformações industriais em São Paulo e as transformações metropolitanas. Procurei mostrar, através da análise da localização de cerca de 6 mil empresas no Estado de São Paulo, que a cisão territorial entre a produção industrial e o

gerenciamento da empresa estava relacionada às transformações da metrópole, no que diz respeito a sua ampliação territorial e a sua afirmação como centro de serviços.<sup>11</sup>

A pesquisa desenvolvida nessa ocasião, intitulada *Metropolização e Reestruturação Urbana e Regional. Atualização do Debate da Geografia Francesa o Estudo dos Espaços Metropolizados e Não Metropolizados*, contou com o auxílio da CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Essa distinção entre espaços metropolizados e espaços não metropolizados foi elaborada a partir de uma revisão crítica de alguns trabalhos de Bernard Kayser. Essa pesquisa me permitiu desenvolver o raciocínio de que existem espaços que, embora não estejam na região metropolitana, contém algumas características próprias da metrópole - características essas que, até então, só eram encontradas na metrópole, a exemplo das empresas de auditorias. Denominei esses espaços de espaços metropolizados.

Do ponto de vista semântico, a palavra ‘metropolizada’ é composta pela palavra ‘metrópole’ acrescida do sufixo ‘ada’. Esse sufixo é equivalente ao sufixo ‘ado’, que confere ao substantivo um sentido de função, como o que aparece nas palavras ‘almoxarifado’, ‘arcebispado’ e ‘magistrado’. Os espaços adjetivados como metropolizados desempenham algumas funções da metrópole, no entanto não se constituem em espaços da metrópole e nem em espaços metropolitanos. Ao lado desses espaços persistem os espaços não metropolizados, de menor densidade técnica e populacional, de menor investimento de capital, de pequena densidade de fluxos de pessoas, mercadorias e informações.

A perspectiva revelada por essa análise, que qualifica os espaços em espaços metropolizados e não metropolizados, não significa a construção de uma dualidade. Trata-se de um recurso, de um instrumento que permite perceber, de forma nova, a dinâmica urbana, pois, num caso como do Estado de São Paulo, que apresenta cerca de 98% de população urbana, se buscarmos apreender diferenças na urbanização tendo como referência essa taxa, pouca distinção perceberemos. Mas, se tomarmos como parâmetro o processo de metropolização, podemos perceber dinâmicas que nos

---

11 Em Haia, apresentei o trabalho: Changes in São Paulo Metropolis (Brasil) and Industrial Transformation, no grupo de trabalho: Les Changes Industrielles, L'Adaptation Urbaine et Environnement Regional, do 28th International Geographical Congress da União Geográfica Internacional. O resumo desse trabalho consta nos *Anais* do Evento e o texto foi publicado, em sua íntegra, na *Revue Belge de Géographie. Bruxelles*, 1996: 120e année, fascicule 1-2-3, p. 83-89.



escapariam se nos atívéssemos apenas à diferença entre rural e urbano. O olhar sobre as cidades a partir da noção de metropolização do espaço destaca aspectos significativos para se compreensão da desigualdade do desenvolvimento, tanto urbano como regional.

Nesse ano, de 1996, fui convidada por colegas de outra unidade para participar de um projeto temático apoiado pela FAPESP, denominado *São Paulo: Globalização da Economia e Impactos na Estrutura*, cuja discussão versava sobre o questionamento de ser São Paulo uma cidade global. Esse projeto foi coordenado pelo professor Ricardo Toledo Silva e pela professora Sueli Terezinha Ramos Schiffer, da FAU. Contou, ainda, com a participação de outras as unidades da USP - a Escola Politécnica e a Faculdade de Economia e Administração -, e ainda congregou pesquisadores estrangeiros, cabendo destacar, pelo seu renome, a geógrafa Saskia Sassen, professora da Universidade de Nova York.

Esse projeto foi desenvolvido no Infurb — Laboratório de Informações Urbanas, da FAU, com a colaboração da Graduate School of Architecture, Planning and Preservation da Columbia University, de Nova York, e contou com o apoio da FAPESP, e teve seus resultados apresentados em vários foros nacionais e internacionais de discussão. O Infurb se constitui num núcleo de pesquisa interdisciplinar estruturado em duas grandes linhas principais de pesquisa: a de sistemas de infra-estrutura e serviços de rede e a de processos de transformação urbana, à qual estou vinculada. Essa linha está voltada para o acompanhamento das transformações urbanas que vêm ocorrendo no país, focalizando, sobretudo, a Região Metropolitana de São Paulo. As transformações urbanas examinadas envolvem os impactos dos grandes processos de reestruturação econômica e social sobre a configuração das cidades, incluindo novas formas de segregação e exclusão social e de degradação ambiental delas decorrente.

O projeto recebeu menção da Fapesp e acabou por tornar-se o eixo estruturador do Núcleo de Pesquisa em Informações Urbanas (Ref. USP 1011) que faz parte do Diretório dos Grupos de Pesquisa do Brasil do CNPq. Como desdobramento desse trabalho foi lançado o livro *Globalização e estrutura urbana*, cujo capítulo “O Processo de Metropolização do Espaço. Uma nova maneira de falar da relação entre

metropolização e regionalização”, de minha autoria, registra resultados de meu envolvimento nessa pesquisa. Esse livro se faz acompanhar de um CD-ROM que contém um banco de dados apresentado em forma de tabelas, gráficos e mapas; bem como fotos e vídeos sobre a região metropolitana de São Paulo, congregando um material bastante ilustrativo das transformações pelas quais passou a região metropolitana.

Em maio de 1997 fui convidada a proferir palestra de abertura da XII Semana de Geografia da Universidade Estadual de Londrina, abordando o tema: *Reestruturação da Economia e Transformações Urbanas: uma perspectiva geográfica*. Nessa ocasião ministrei o curso extracurricular: *Geografia e Teoria da Região*. Outras atividades de extensão, somaram-se essas, entre as quais a preparação da prova de geografia para o vestibular da UNICAMP, consultoria *ad hoc* para as agências de fomento à pesquisa - CNPq e FAPESP - e seleção de trabalhos a serem apresentados na reunião anual da SBPC.

O envolvimento com a disciplina Teoria da Região e Regionalização e com as pesquisas voltadas para a discussão da expansão da região metropolitana de São Paulo se desenvolveram num contexto de muitas indagações sobre a relação entre região e geografia. Exigiram um exaustivo levantamento bibliográfico sobre a noção de região, num universo de referências bastante disperso.

Essa preocupação se dava num contexto que já comentei, de desvalorização da temática regional no meu Departamento que, anteriormente, havia abrigado pesquisas com essa perspectiva analítica que se tornaram clássicas. Mas, concomitante a essa situação de desprestígio, a realidade apontava para a emergência de novos e velhos regionalismos, que se revelavam com força total. Ao mesmo tempo, outras disciplinas inseriam-se no debate. Embora a região parecesse um tema fora de moda entre os geógrafos do meu Departamento, ela não se colocava fora de moda na nova geografia do mundo, nem mesmo estava ausente na formulação de propostas para o Brasil, pois o desafio de se construir um projeto nacional requer a consideração da persistência das desigualdades regionais e da ameaça da fragmentação territorial.

Essa reflexão, aliada à responsabilidade pela disciplina Teoria da Região e Regionalização, me trouxe a convicção de que deveria proceder ao esforço para que a sistematização de minha pesquisa sobre a relação entre região e geografia se

consubstanciasse num trabalho acadêmico que se fazia necessário do ponto de vista do conhecimento. Esse esforço foi consagrado na tese de livre-docência intitulada: *Região e Geografia: uma introdução ao estudo da noção de região*, apresentada em 1997. Participaram de minha banca os professores Adilson Avansi de Abreu, como presidente da banca e professor do Departamento de Geografia ao qual pertencço; professor Pasquale Petroni, também desse Departamento; professor Murilo Marx, da FAU/USP; professor Manoel Correia de Andrade, da Universidade Federal de Pernambuco e professor Yurgen Langenbuch, da UNESP, campus de Rio Claro. As apreciações desse trabalho e das provas que compõem o concurso de livre-docência, resultaram em nota máxima: 10, com as menções de distinção e louvor.

Esse trabalho se desenvolveu num contexto epistemológico da ciência que enaltecia a técnica e o saber prático em detrimento de outras reflexões. Na medida em que as ciências humanas podem escapar a essa lógica e resistir a serem instrumentalizadas pelo capital, a produção acadêmica da Faculdade reafirma o sentido da Universidade. Emanada na articulação entre o ensino de uma disciplina e a pesquisa, de certa maneira, minha tese de livre-docência é representativa, no seu sentido mais radical, da perspectiva que Humboldt imprimiu à Universidade de Berlim, em 1820, de que a pesquisa e ensino são indissociáveis.

## **2. O primeiro período como livre-docente. Os três derradeiros anos do século XX.**

O final de 1997 e o ano de 1998 contituíram um tempo em que se intensificou minha participação em foros nacionais e internacionais de discussão. No exterior, participei de três congressos internacionais, um em Portugal, outro na Holanda e outro na Alemanha, que me foi permitido graças ao apoio da FAPESP.

Em Lisboa, participei em 1998 da Conferência Regional da UGI, apresentando o trabalho: *A Noção de Região no Pensamento Geográfico*, uma síntese de minha livre-docência. Na discussão havida ficou clara a necessidade de sistematizações teóricas no

campo da geografia, cujo espectro é bastante amplo. Essa ampliação, que muitas vezes se transforma em empecilho a exigir crescentes especializações, parece que vai encontrando, na contemporaneidade, um sentido altamente positivo. A meu ver, o desenvolvimento de especializações, que fragmentam o saber e que é próprio dos fins do século XIX e do século XX, se vê diante de uma outra tendência na produção do conhecimento, que percorre um caminho inverso e que tende a balizar o século XXI.

As especializações do conhecimento, como normalmente as entendemos, estão relacionadas à divisão intelectual do trabalho dos fins do século XIX. Não é, portanto, pouco significativo que só foi em 1881 que a palavra ‘especialista’ tenha sido utilizada pela primeira vez na língua portuguesa. O que aparece com força, nesse novo século, é a busca por unificar os fragmentos do saber, procurando alcançar um patamar novo da ciência. Não que as especializações verticais tenham perdido sentido, elas continuam fundamentais, mas a elas se acrescenta uma nova forma contribuindo para a compreensão e explicação da realidade, pois é a partir da compreensão e explicação, cada vez mais acurada, que podemos equacionar os problemas que temos que resolver. Digo uma *nova forma*, dada a extensão que tende a ocorrer, e não como se algo novo se inaugurasse. Não podemos esquecer que a botânica e a zoologia primeiramente se constituíram como disciplinas autônomas, até meados do século XX, quando se fusionaram em biologia.

O que temos presenciado é à valorização crescente de interfaces dos ramos particulares do conhecimento, assinalando a importância do desenvolvimento de vínculos entre os campos do saber e pondo na ordem do dia a palavra: ‘transversalidade’. É como se o presente nos estivesse dizendo: construam pontes entre os saberes, porque sem elas não poderemos avançar em direção ao futuro.

Na Alemanha, por ocasião do II congresso Europeu de Americanistas, em 1998, apresentei o trabalho *Novas Configurações Espaciais do Processo de Metropolização de São Paulo*, onde os resultados da pesquisa *Metropolização e Reestruturação Urbana e Regional. A Desconcentração Industrial e a Formação de uma Nova Territorialidade* foram discutidos e iluminaram referências importantes para um escopo mais geral dos processos em curso que não estão afeitos a São Paulo, especificamente, mas a metrópoles de importância, como, por exemplo, Paris e Londres, e como Buenos Aires e Santiago do Chile.

No Brasil, cabe destacar a palestra inaugural realizada em Curitiba, por ocasião do I Encontro Curitibano de Geografia Urbana e Regional e XI Semana de Geografia, e a divulgação da entrevista que fiz com o professor Michel Rochefort, realizada em Paris, sobre aspectos da metropolização contemporânea. Essa entrevista foi apresentada por ocasião de uma homenagem feita a ele, em 1998, por geógrafos brasileiros, como reconhecimento pela sua atuação na formação de pesquisadores brasileiros e pela contribuição à geografia.<sup>12</sup>

A questão da desindustrialização da cidade de São Paulo e da desconcentração industrial, cuja discussão apresentei em 1991, na tese de doutorado, chega com vigor na mídia, em 1998. Após sete anos, as teses defendidas naquela ocasião ganharam relevância. Haviam ficado para trás muitas das interpretações equivocadas acerca das transformações recentes do estado paulista. Era momento de regozijo, pois minha voz era, até então, uma simples voz no interior de uma disciplina sem grande reconhecimento social, que embora não se tivesse calado diante das interpretações hegemônicas que compreendiam as transformações em curso como produto de uma descentralização industrial, não havia, até então, obtido eco.

A divulgação dessas reflexões, fora do âmbito acadêmico me levaram a conceder entrevistas a jornais, revistas e emissoras de televisão – *O Estado de São Paulo*, *Gazeta Mercantil*, *TV São Paulo* e *Canal Rural*, por exemplo - , com vários títulos sugestivos: “Indústria descobre vantagens da vida caipira”; “Migrações de empresas”; “São Paulo, capital da gestão”; “O capital é bandeirante”; “Mudança no interior”; “Mudança de endereço das indústrias”.

Esse ano, de 1998, também, a *Revista do Departamento de Geografia* publica o texto: “Mudanças na Metrópole de São Paulo e Transformações Industriais”, que sintetiza muitos resultados das pesquisas elaboradas. É um momento de resultados consolidados. A pesquisa: *A Desconcentração Industrial e a Formação de uma Nova Territorialidade*, bem como a pesquisa *Avaliação das Relações Regionais e Nacionais na Metrópole Paulista a partir de 1970*, vinculada ao projeto temático da Fapesp,

---

12 Essa homenagem se inseriu no Encontro Internacional “Redes e Sistemas. Ensinando sobre o Urbano e a Região. Uma Homenagem a Michel Rochefort”, realizado em 1998. Nessa ocasião apresentei o trabalho “Aspectos da Metropolização Contemporânea. Entrevista com o Professor Michel Rochefort, em 1996, em Paris”.

*Metropolização e Reestruturação Urbana e Regional*, estavam em fase final e anunciavam a necessidade de incorporar um elemento novo na análise: a dinâmica do emprego industrial e sua relação com o processo de desconcentração industrial. Assim, concebi um projeto de pesquisa denominado (Des)emprego e Exclusão social na Reestruturação Urbana e Industrial do Estado de São Paulo. Esse projeto apoiado pelo CNPq, por meio de uma bolsa de produtividade em pesquisa (nível 2B, Processo 522793/95-9 (NV)), com duas bolsas de iniciação científica e compreendeu o período de 1988 a 2000.

Minha participação em concursos públicos e de livre-docência, tanto nas universidades federais como na UNESP e no âmbito da USP, exigiu o exercício da coerência e da justiça, aliadas à responsabilidade de uma avaliação valorativa da inserção do docente na vida universitária, comprometido com a educação pública, onde qualquer divórcio causa sérios prejuízos.

Nesses anos, mantive oferta das disciplinas, a saber, *Teoria da Região e Regionalização*, *Iniciação à Pesquisa II e Trabalho de Graduação Individual I e II*, na graduação e, *Urbanização e Industrialização do Estado de São Paulo*, na pós-graduação. À minha participação nas bancas de TGI e na orientação de pesquisas de conclusão de curso, somavam-se esforços na busca de bolsas de estudos do CNPq e da FAPESP, cuja disponibilidade parecia cada vez mais defasada em relação ao montante de estudantes de graduação que me procuravam para desenvolver projetos de pesquisa.

Na pós-graduação, participei, no âmbito do Departamento e fora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, de duas defesas de teses de doutorado, duas defesas de dissertações de mestrado, sete qualificações de doutorado e três qualificações de mestrado. Consagrando minha participação no programa de pós-graduação em Geografia Humana, nesses anos levei à defesa três doutorados, cabendo destacar a tese de Saint-Clair da Trindade Junior, intitulada: *A cidade dispersa. Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação produtiva*, uma referência bibliográfica importante sobre a urbanização brasileira.

O ano de 1998 trouxe uma nova responsabilidade. Em fins de 1997 havia sido representante do Departamento de Geografia na Comissão de Cultura e Extensão Universitária da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, tendo sido eleita

sua presidente. Essa Comissão foi instituída em 1989; até então, as ações culturais e as atividades realizadas pelos departamentos da Faculdade ficavam sob a alçada de cada um deles. Essas atividades estão presentes desde a gênese da Faculdade, quando o que se tinha eram as “lições públicas” dadas por professores, assistentes e alunos para o público em geral. Somente com a instituição da Comissão é que a Faculdade pôde coordenar de maneira conjunta as atividades, traçar planos e diretrizes e divulgar suas atividades.

Grande parte das atividades dessa comissão está relacionada a cursos de extensão. Esses cursos, que eram nove quando a comissão foi instituída, passaram a 84 em 2003. Cerca de 25 por cento desses alunos não tem dispêndio, enquanto 35 por cento usufruem de alguma forma de isenção e os demais pagam pelos cursos. Esses cursos geram controvérsias. Muitos deles são responsáveis por grande parte da renda industrial da Faculdade, e o conjunto chega a duplicar, praticamente, seu orçamento. Trata-se de um recurso significativo para a administração da Faculdade, mas a renda por eles gerada se constitui num calcanhar de Aquiles, pois esses cursos criam polêmicas e dividem opiniões. Esse quadro não surpreende, pois a não gratuidade ameaça o sentido da Universidade pública, mesmo que torne mais viável a concretização das metas da Faculdade.

A Comissão de Cultura e Extensão da Faculdade está vinculada à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Como presidente dessa Comissão passei a fazer parte do Conselho de Cultura e Extensão Universitária, da mesma Pró-Reitoria. Esse colegiado, presidido pelo Pró-Reitor, reúne os presidentes das comissões das unidades de ensino e pesquisa - como a Poli, a Faculdade de Medicina e o Instituto de Química - , os diretores de museus - como o Museu Paulista e o Museu de Arte Contemporânea - e os diretores dos órgãos de integração, a exemplo do Instituto de Energia Atômica, o Instituto de Estudos Brasileiros e o Instituto de Estudos Avançados.

Esse Conselho, com cerca de cinquenta representantes, discute políticas e diretrizes de ação cultural e de extensão, orienta, supervisiona e avalia essas ações. Possui duas câmaras assessoras: uma denominada de Câmara de Cursos de Extensão e outra de Câmara de Ação Cultural. Essas câmaras, compostas de seis participantes cada, têm origem numa câmara comum, anteriormente denominada de Câmara de

Cultura e Extensão Universitária. Minha participação no Conselho de Cultura e Extensão Universitária, implicava imensa responsabilidade, pois me cabia representar a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, uma das maiores unidades e *célula mater* da USP. Foi um desafio.

Por minha atuação no Conselho fui conduzida, pelos pares, a membro da Câmara de Cultura e Extensão Universitária, mais tarde sua vice-coordenadora, depois, coordenadora. Com a reforma no organograma dessa Pró-Reitoria, que anulou essa câmara e instituída aquelas duas, fui eleita membro da Câmara de Cursos com a maior votação do Conselho e, posteriormente, fui eleita sua coordenadora.

Como presidente da Comissão de Cultura e Extensão Universitária fiquei seis anos, tendo sido reeleita duas vezes, tempo além do recomendável, pois é fundamental para a garantia do espírito acadêmico a mudança dos membros nos colegiados, dando oportunidade para que todos participem e renovem práticas. Minha permanência como presidente dessa Comissão da Faculdade está relacionada ao fato de participar de instâncias superiores e decisórias. Meus colegas consideravam que a coordenação da Câmara de Cursos da USP estava com a Faculdade, e que uma mudança poderia alterar esse quadro, o que de fato veio a ocorrer. Alegavam, como segundo motivo, o de estar participando do grupo de elaboração dos regimentos referentes às atividades de cultura e extensão universitária. Com a minha participação, a Faculdade tinha um espaço garantido na defesa de suas particularidades. Com a publicação no *Diário Oficial* do conjunto de normas regularizando as atividades de cultura e extensão da USP, e com nossas atividades já adequadas a elas e rotineiras, considerei que minha contribuição à Faculdade, no tocante à coordenação da comissão, estava plenamente realizada. Nos dias atuais, nenhuma das coordenações das Câmaras da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária está com Faculdade, repetindo nossa tradição de sermos ao mesmo tempo o centro crítico e analítico da Universidade e de estarmos freqüentemente apartados do seu poder político central.

Durante minha gestão não medi esforços sensibilizando a Faculdade para que apresentasse projetos de ação cultural e de extensão à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, objetivando obter o apoio dessa por meio do Fundo de Cultura e Extensão. Esse Fundo é constituído pelo *over-head* pago pelas atividades que são



desenvolvidas na Universidade e que auferem recursos. Para se ter uma idéia da grandeza desse montante, entre 2001 e 2003 os recursos desse Fundo foram da ordem de R\$ 2.759.983,15, valor, como disse, expressivo, mas muito aquém do necessário, pois inúmeros projetos da Universidade ficaram sem serem atendidos ou o foram parcialmente, revelando o quanto a USP está envolvida no desenvolvimento das atividades de extensão e das ações culturais que podem socializar conhecimentos e intervir diretamente na realidade.

São consideradas atividades de cultura e extensão aquelas indissociáveis do ensino ou da pesquisa. Se não estiverem vinculadas a ambos ou, ao menos, a um deles, não se constituem em atividades acadêmicas e podem, facilmente, vizinhar com formas de assistencialismo ou paternalismo que subvertem a finalidade da Universidade. Essas atividades inseparáveis do ensino e da pesquisa se constituem em espaço privilegiado da práxis acadêmica e em possibilidade de democratização do conhecimento. Criam possibilidade de colocar os alunos diante de desafios exigindo sua criatividade, de conscientizá-los sobre o contexto social em que vivem e de desenvolverem a cidadania. Elas permitem que a docência e pesquisa se entrelacem para formar uma trama mais densa entre a universidade e a sociedade.

Até minha gestão a Faculdade jamais havia apresentado projetos à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Isso não significa que não os desenvolvesse, mas a dificuldade para viabilizá-los era grande. Para superar essa dificuldade incentivei a apresentação de projetos que solicitassem recursos e bolsas para os estudantes na realização das atividades. Muitos projetos foram apresentados e a maioria obteve apoio financeiro e bolsas para os alunos, tanto da graduação como da pós-graduação. Em geral, os projetos se voltavam para o apoio ao ensino fundamental e médio, para a produção de material didático, para a inclusão social e para a realização de eventos.

Com o intuito de ilustrar o alcance desses projetos, apresento três atividades desenvolvidas pela Faculdade que contaram com apoio financeiro da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. O primeiro, intitulado: *Terra Indígena, auto-sustentabilidade e Preservação do Cerrado: experiência piloto entre os A'uwe Xavante da Terra Indígena Sangradouro em Primavera do Leste, Mato Grosso*, desenvolvido pelo Departamento de Geografia; o segundo, *História Local nos Processos de Alfabetização de Crianças, Jovens e*

*Adultos no Município de Diadema*, desenvolvido pelo Departamento de História e o terceiro, *III Universidade em Cena. Festival de Teatro Universitário*, realizado pelo Departamento de Letras Modernas.

O reconhecimento dessas atividades foi se acentuando e os debates sobre a função das atividades de cultura e extensão na Faculdade e na USP foram se tornando mais frequentes e vinculados ao debate sobre a natureza pública da instituição e sobre a necessidade de ampliação de seu compromisso com a sociedade. Contribuíram, também, para o entendimento de que a formação profissional não dispensa uma aproximação com a sociedade, como forma de conhecimento da realidade. Não resta dúvida de que são essas atividades que fazem a Universidade transcender à produção do conhecimento e à formação profissional do aluno, situando-se num espaço de disseminação mais ampla do saber acadêmico na sociedade e redimensionando a questão ética e política do conhecimento.

### **3. Os últimos cinco anos, os primeiros do século XXI**

#### **3.1 Na trama da produção e difusão do conhecimento**

O contexto de minha participação ativa na coordenação das atividades de cultura e extensão da Universidade, que se acresceu à livre docência e à da pesquisa, deu-se num ambiente de descrença social e de dúvidas acerca das políticas neoliberais, que foram vistas como tábua de salvação no início dos anos 90. Nos últimos anos do século XX e nos primeiros desse século, período no qual os países que cumpriram as diretrizes do FMI se viram assolados por crises e grande parte da sociedade se sentiu agredida pela *mão invisível* do mercado, pairou no ar um certo pessimismo na Universidade, que se prolonga ainda hoje.

Objetivamente, essa atmosfera não poderia parecer pesada e desoladora para a Universidade. Afinal, esses últimos cinco anos foram de expressivo aumento no número de publicações, de expansão de vagas na graduação, de criação de novos

cursos e de crescimento das ações culturais e das atividades de extensão. O ar carregado decorre da consciência de que a Universidade está não só desvalorizada, mas ameaçada. Decorre também, da consciência de que, apesar desse esforço, não devemos nos prender aos êxitos passados, e devemos atentar para as mudanças do presente, bem como construí-lo sem comprometer o futuro. Um presente e um futuro que se desenvolvem sob uma nova égide, buscando visibilidade muito mais na transitoriedade da palavra digital do que na transparência da duradoura palavra impressa, já que é aquela que possibilita a expansão e disponibilidade de informações em proporções jamais imaginadas. No entanto, não devemos nos enganar pela aparência acreditando que a democratização da produção e a ampla difusão do conhecimento se restringem a questões técnicas.

Na Universidade, a denominada “mão invisível do mercado” cria possibilidades, seduz, estabelece diferenças, provoca desvios e invade de forma sub-reptícia o discurso acadêmico. Nas discussões do Departamento são cada vez mais freqüentes os questionamentos acerca da preparação dos alunos para atuarem no mercado de trabalho, onde os imperativos da técnica e do conhecimento prático representam o que de mais avançado pode ser feito em termos de ciência geográfica. Nada mais concordante com o novo tempo essa angústia em responder ao mercado, onde, facilmente, a Universidade se confunde com empresa e do conhecimento se faz uma mercadoria.

A meu ver, a pertinência da ação acadêmica não pode ser reduzida a uma questão de mercado; a ela concerne uma teia complexa de elementos, além de ter, necessariamente, a ousadia de se adiantar ao seu tempo. Só uma visão estreita tomaria um dos elementos como único. É indispensável dizer que não se trata, aí, de um aspecto qualquer; trata-se do mercado, que se constitui como o verdadeiro oráculo do nosso tempo, que paira onipotente sobre todos, que nos promete os céus, a justiça e a felicidade eterna.

A idéia de mercado está tão presente que a referência a apoios recebidos, por exemplo, para a publicação de um livro ou para participação em congressos, tem sido mencionada como ‘patrocínio’. Antes, a comunidade acadêmica usava o termo ‘apoio’. Substituiu-se essa palavra pela que é própria da linguagem empresarial e, assim, não se

vai dando conta do mergulho numa perspectiva que mercantiliza e instrumentaliza o conhecimento e, também, a instituição universitária. Embora o dicionário Houaiss dê para ambos os termos o sentido de ‘ajuda’, é a palavra ‘patrocínio’ que encontramos o sentido de apoio concedido “como estratégia de *marketing*, por uma organização a determinada atividade artística, cultural, científica, comunitária, educacional, esportiva ou promocional”. Esse sentido de *marketing* se coaduna com as atuais condições de produção da ciência, em que as representações marqueteiras do conhecimento criam significados e levam esses a assumir o lugar do que representam, tornando-se pequenos títeres do conhecimento. A Universidade, no entanto, tem outra tradição.

Esses últimos cinco anos, anos iniciais de um novo século, foram de muita realização; na pós-graduação, finalizei quatro mestrados e a orientação de cinco teses de doutorado, que foram defendidas com grande mérito. Uma das teses de doutorados, de autoria de Adriana Verdi, foi desenvolvida, por um ano, em Paris, com a co-orientação do professor George Benko, do Instituto de Geografia da Universidade de Paris (Pantheon-Sorbonne), valendo-se de uma bolsa “sanduíche” por meio do apoio da CAPES. Outra, relativa aos desenvolvimento regional do Estado do Rio de Janeiro, de autoria de Floriano Godinho de Oliveira recebeu o prêmio de melhor trabalho acadêmico (conjunto de dissertações de mestrado e teses de doutorado) sobre o Rio de Janeiro dos últimos três anos, concedido pelo jornal O Globo e pela FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. Premiação definida por banca de intelectuais, dentre eles, Marieta de Moraes Ferreira, Maria Alice Rezende de Carvalho e Carlos Lessa. Os demais doutorandos, todos professores universitários, também puderam contar com apoio das agências de fomento, dada a qualidade das propostas, o que permitiu garantir plenas condições para dedicação aos colóquios e à elaboração refinada das teses.

O número de candidatos para o exame de seleção para ingresso no curso de pós-graduação em Geografia Humana é grande. Procuro não deixar vagas ociosas, pois entendo que num país de imensa desigualdade de oportunidades, devo resguardar o direito da sociedade a essas vagas, já que a USP é uma instituição pública. Tenho atualmente dez orientandos, sendo apenas um de mestrado. Essa opção em concentrar a orientação no âmbito do doutorado decorre da situação do Departamento, que conta

com um número muito maior de orientadores com credenciamento para mestrado do que para doutorado. Além das orientações, da participação em colóquios e da responsabilidade por disciplina do programa de pós-graduação em Geografia Humana, representei esse programa nas reuniões de 1999, 2001 e 2003 na Anpur — Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional.

Minha participação em bancas de conclusão de curso de pós-graduação, excetuando-se as bancas de meus orientandos, foi significativa tendo participado de quatorze teses de doutorado e nove dissertações de mestrado. Essas defesas dizem respeito a vários programas de pós-graduação, internos à USP e externos a ela. Internamente, realizaram-se no Departamento de Geografia e no de História de nossa Faculdade, como também na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Fora da USP, estão relacionadas à UNESP (*campus* de Rio Claro), Universidade Federal do Espírito Santo, Universidade Federal de Uberlândia e Instituto Municipal de Ensino Superior, de São Caetano do Sul.

A participação nas bancas de qualificação de doutorado somam dezoito, e as de mestrado, sete, sendo a maioria pertencente ao programa de pós-graduação ao qual pertencem ou a programas internos à USP. Também tenho mantido constante minha participação na orientação de alunos de Iniciação Científica e de TGI. Na graduação, sete alunos que desenvolveram projetos de pesquisa sob minha orientação defenderam o Trabalho de Graduação Individual, muitos deles com mérito. Sob minha orientação ainda foram desenvolvidas cinco pesquisas de iniciação científica, com bolsa do CNPq, tendo uma delas, intitulada: *O Uso do Solo e a Estrutura Fundiária no Estado de São Paulo*, de Paula Camargo, recebido menção honrosa por ocasião do seminário de Iniciação Científica, em 2001.

No total, entre pós-graduação e graduação, participei de cerca sessenta bancas acadêmicas. Além dessas bancas, participei de vários concursos para o cargo de professor assistente doutor. No total, foram onze concursos, um dos quais na UNESP (*campus* de Rio Claro), outro na Universidade Federal do Paraná, na Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e, os demais, na USP. Integrei, também cinco bancas de concurso

de livre-docente, relativos ao departamento ao qual pertencço, à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e à UNESP (campus de Presidente Prudente).

Em 2005 uma difícil tarefa se apresentou quando fui eleita coordenadora do programa de pós-graduação em geografia humana, um programa com cerca de 40 professores e 300 alunos. Trata-se da pós-graduação mais antiga do Brasil, datando sua primeira tese de 1944. Com o formato atual, se desenvolve desde 1969, quando o MEC criou os cursos de pós-graduação no Brasil. Constitui-se em centro de excelência, tendo obtido nota 6 na última avaliação da CAPES, em 2004, relativa ao período de 2001-2003.

Em 2000 foi publicado o livro *Região e Geografia*, uma versão revista de minha tese de livre-docência. Sua publicação decorreu de um comunicado que recebi da EDUSP, a editora da Universidade de São Paulo, indagando sobre trabalhos que poderiam compor sua coleção voltada para o ensino superior. Dentre cerca de 120 trabalhos enviados à editora, o texto de minha autoria foi um dos seis selecionados para publicação.

Na ensino da graduação, continuei a me dedicar às disciplinas *Iniciação Científica e Trabalho de Graduação Individual* e tenho participado, com os alunos, do Simpósio Internacional de Iniciação Científica.

Vivi uma experiência nova, em 2003, quando supervisionei o estágio de um dos dois estudantes russos de graduação em geografia que vieram por meio do convênio acadêmico entre a Universidade Estadual de Moscou, Lomonósov, e a Universidade de São Paulo. Esses alunos desenvolveram várias atividades, como pesquisa de campo, pesquisa em acervos bibliográficos, coleta de dados, bem como assistiram algumas aulas da graduação e pós-graduação. No final do estágio, que foi de quatro meses, apresentaram dois relatórios: um sobre as atividades desenvolvidas e, outro relativo à pesquisa que desenvolveram. Após um mês de retorno à Rússia enviaram seus trabalhos que serão publicados na Revista do Departamento de Geografia. No caso do aluno sob minha orientação, Nikita Mazéin, seu texto, resultado da pesquisa aqui realizada, tem como título: "Padrão territorial de distribuição da população árabe e russa no Brasil".

O ano de 2004 e 2005 foi marcado por um projeto ousado e novo: o campus leste da USP na cidade de São Paulo; mais precisamente a implantação da USP Leste, uma expansão da Universidade numa das regiões mais carentes da cidade. Uma região que por meio de várias mobilizações sociais havia, em 2001, se contraposto à construção de um centro de detenção e lutado para a construção do Centro Tecnológico da Zona Leste, primeira iniciativa voltada para o ensino superior na região. Participando do projeto A USP e as Profissões, voltado para a divulgação para o ensino médio das carreiras e cursos da USP, quando a criação desse *campus* ainda parecia distante, vivenciei um debate que extrapolava a universidade e alcançava os jornais. Até o nome estava em discussão: USP da zona Leste ou USP na zona Leste. A polêmica relativa ao uso da preposição ‘da’ ou ‘na’ girava em torno da garantia de excelência do que estava sendo concebido. Seria uma USP diferente, a da zona leste, ou a mesma USP situada nos confins da cidade?

Ousamos publicar no volume A USP e as Profissões, de 2004 – que foi finalizado em junho de 2003) a divulgação de uma quase utopia, porque acreditávamos na vontade de sua concretização. Publicamos o desenho dos edifícios e a localização do novo campus. Ainda não se sabia que cursos seriam desenvolvidos lá. Durante as reuniões de trabalho havia uma dúvida quanto ao título: iríamos nomear de USP da Zona Leste ou USP na Zona Leste? Tive a audácia e o atrevimento de nomear “USP Zona Leste” e referir no texto, à “USP Leste”. Os argumentos não me faltaram e a equipe de trabalho assumiu minha ousadia, que fugia das denominações utilizadas e que estavam registradas nos documentos. Após a publicação da USP e as Profissões, com uma tiragem superior a 150.000 exemplares, a discussão nominativa feneceu e assumiu o nome sem preposição, concebido por mim, que pôs ponto final às polêmicas sobre o uso das preposições ‘na’ ou ‘dá’, tendo posteriormente evoluído para USP Leste, nome que já consta daquela publicação.

Buscando colaborar para a capacitação dos alunos de escola pública a serem alunos do novo campus, participei de um programa de inclusão social, por meio da elaboração de um texto de geografia, em forma de separata, denominado “O Desenvolvimento Industrial Brasileiro e o Processo de Concentração Industrial”, que fez parte do projeto Pró-Universitário, compartilhado ente a USP e a Secretaria de

Estado da Educação de São Paulo. Esse projeto tinha como objetivo preparar os alunos das escolas públicas da região para prestarem o vestibular, utilizando-se da infraestrutura das escolas públicas do estado localizadas naquela região, congregando monitores - alunos de graduação da USP - e utilizando material didático elaborados pelos docente da Universidade. Tratava-se de um novo desafio: o de produzir um texto numa linguagem adequada aos estudantes não universitários, tema que venho pesquisando. A colaboração com o novo projeto da USP, com a USP Leste, se realizava, agora, no âmbito da minha disciplina.

Nesses anos iniciais do novo século desenvolvi três projetos de pesquisa e iniciei um quarto. Foram anos em que fui alçada à condição de pesquisador 2 A do CNPq e à de pesquisador 1 D. No início de meu percurso como pesquisadora pude contar com auxílio do CNPq e da CAPES na elaboração da dissertação de mestrado, apoios esses fundamentais como suporte para a pesquisa de campo. No começo do doutorado já estava contratada como docente e as possibilidades de obtenção de bolsa de pós-graduação deixaram de existir, já que esta se desenvolvia na própria instituição. Em 1988, solicitei minha primeira bolsa de produtividade em pesquisa; significando, assim, até esse momento um percurso de dezoito anos como pesquisadora do CNPq, o que significa uma constante avaliação, pela comunidade científica, do mérito das propostas e dos resultados obtidos.

A pesquisa *(Des)Emprego e Exclusão Social na Reestruturação Urbana e Industrial do Estado de São Paulo*, com bolsa de produtividade em pesquisa (nível 2B, Processo 522793/95-9 (NV)), contou com dois bolsistas de iniciação científica e correspondeu ao período de 1998 a 2000. Objetivou caracterizar a desigualdade sócio-espacial do Estado de São Paulo tendo como referência o emprego industrial, redimensionando as abordagens anteriores sobre reestruturação produtiva. Essa pesquisa permitiu relacionar a mobilidade territorial da indústria para o interior do estado paulista aos salários, discutindo aspectos da valorização do capital.

Entre o ano de 2000 a 2002, desenvolvi a pesquisa *Distribuição Territorial das Atividades Econômica e Desenvolvimento Regional. Um Estudo das Regiões de Governo do Estado de São Paulo*, procurando ampliar a análise anterior pela incorporação dos outros setores econômicos, que não o industrial. Essa pesquisa se refere ao processo CNPq



522793/95-9 e contou com bolsa de produtividade em pesquisa, nível 2B e duas bolsas de iniciação à pesquisa. Com essa investigação foi possível sistematizar as análises sobre o processo de metropolização do espaço e detectar, na dinâmica econômica paulista, uma fissura no sentido noroeste-sudeste, denunciando uma organização territorial bipartida, onde a mais forte dinâmica industrial compartilha espaços próximos à da agricultura, deitando por terra a idéia de que onde a atividade industrial é expressiva, não há atividade agrícola significativa.

A pesquisa *Concentração Territorial da Indústria. Uma investigação sobre a indústria da Região Metropolitana de São Paulo e do seu Entorno* também contou com uma bolsa de produtividade em pesquisa, nível 2B, e duas bolsas de iniciação científica. Desenvolveu-se entre 2002 a 2004, sob Processo 522703195-9. Essa pesquisa concluiu que a indústria na Região Metropolitana de São Paulo e no seu entorno mais desenvolvido constitui um único complexo industrial, que denominei de complexo industrial metropolitano e que se caracteriza por conter fortes vínculos internacionais e grande presença de indústrias inovadoras. Relacionado a esse complexo industrial metropolitano se desenvolve uma cidade-região onde se adensam as condições gerais para a reprodução do capital, tanto pela infra-estrutura viária, de adensamento dos fluxos materiais e imateriais, como pela presença dos principais centros de tecnologia e de instituições de pesquisa e ensino. Condições gerais que se desenvolveram em muitas regiões urbanas de maneira contraditória: em alguns lugares a fibra ótica chegou antes da rede de esgoto.

A consolidação das reflexões advindas dessas pesquisas me lançou ao desafio de propor um projeto de pesquisa mais amplo, que envolvesse um número significativo de regiões metropolitanas do Brasil. Esse projeto foi iniciado em março de 2004 e se estenderá até 2007, e conta com duas bolsas de Iniciação Científica. Tem como título: *Desconcentração Industrial e Emprego nas Regiões Metropolitanas do Brasil*, processo CNPq n° 307852/2003-2. Dentre as vinte e sete regiões metropolitanas instituídas no país, foram selecionadas dez: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia. A experiência com o desenvolvimento de pesquisas sobre São Paulo, será, por certo, iluminadora dos caminhos a serem percorridos. A hipótese dessa pesquisa é que há em outras metrópoles, a exemplo de

São Paulo, um processo de desconcentração metropolitana, o qual se expressa pela desindustrialização relativa do núcleo metropolitano e pelo espraiamento territorial da indústria.

As reflexões e resultados dessas investigações foram apresentados em diversos congressos, internacionais e nacionais. A divulgação dos resultados, em alguns casos, redundou em publicações.

Entre as publicações, cabe destacar o texto “Uma Nova Determinação do Urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço”, que faz uma reflexão sobre o processo de metropolização do espaço e apresenta uma proposta de regionalização para o estado paulista. Essa reflexão foi apresentada em 2001 no VII Seminário Nacional de Geografia Urbana e I Simpósio Internacional, realizado em São Paulo.<sup>13</sup>

“Cisão Territorial da Indústria e Integração Regional do Estado de São Paulo” registra conclusões acerca da investigação de cerca de oito mil indústrias no Estado de São Paulo, discutindo a estratégia, observada nas grandes empresas, de separar territorialmente o edifício fabril, o chamado “chão de fábrica”, da parte de gerenciamento do capital. Enquanto a produção se dispersa, relativamente, pelo estado e pelo país, a gestão se centraliza na capital, reiterando o primado da metrópole.<sup>14</sup> Esses resultados foram apresentados em 2001, em Campinas, no evento: “Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões: a espacialidade do desenvolvimento brasileiro”.

Em “Novos Rumos e Tendências da Urbanização e Industrialização no Estado de São Paulo”, estão registradas várias conclusões que permitem esboçar tendências da dinâmica urbana e industrial do estado paulista. De certa maneira, trata-se de um texto que, ao sintetizar diversas conclusões sobre as tendências da urbanização e industrialização do Estado de São Paulo, fecha um ciclo de pesquisa. Foi apresentado em 2003 no seminário “Brasil: Século XXI. Por uma Nova Regionalização?”,

---

13 LENCIONI, S. Uma nova determinação do urbano: o desenvolvimento do processo de metropolização do espaço. In: LEMOS, A. I. G.; CARLOS, A. F. A. (Org.) *Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 35-44.

14 Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, M. F., BRANDÃO, A. C., GALVÃO, A. C. *Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano regional*. São Paulo; Unesp, Anpur, 2003, p. 465-475.

promovido pela Universidade Federal Fluminense e pelo Núcleo de Estudos de Regionalização e Globalização, de Niterói.<sup>15</sup>

No texto “A Emergência de um Novo Fato Urbano de Caráter Metropolitano em São Paulo” a discussão versa sobre o conceito de cidade-região e foi apresentada no X Encontro Nacional da ANPUR, realizado em Belo Horizonte, em 2003, na mesa-redonda: *Metrópole: novos agentes e nova configuração*.<sup>16</sup>

No prelo, como capítulo de livro, está a discussão acerca da idéia tão comum de confundir o conceito com a realidade. Inspirada pela solicitação do tema - *Reconhecendo Metrôpoles: território e sociedade* -, refleti sobre a distinção entre o real e sua interpretação, discutindo que o conceito se constitui numa representação do real. Essa discussão foi apresentada na Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual Fluminense (*campus* de São Gonçalo), por ocasião do seminário “Região Metropolitana: governo, sociedade e território”, em 2003, que foi promovido por essa Faculdade, pelo IPPUR — Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional e pelo CIDE — Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro.

Também, deverá ser publicado nesse primeiro semestre o texto: “Local, Regional e Global: redes e dinâmicas territoriais”, cuja discussão foi apresentada no VI Encontro Nacional da ANPEGE - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, realizado em Fortaleza.

Considerando outras formas de difusão do conhecimento lembro que em diversas ocasiões fiz palestras e participei de mesas-redondas apresentando os resultados de minhas pesquisas e reflexões. A divulgação, no âmbito de evento internacional e fora do país, se deu nos Estados Unidos, na Polônia e no Chile.

Em Atlanta, em 2002, apresentei o trabalho “Participação e Descentralização: desafios para a gestão metropolitana”. Além dessa apresentação, coordenei, também, a mesa-redonda *Globalização e Novos Desafios*. Essa apresentação se deu por ocasião do IV

---

15 LENCIONI, S. Novos rumos e tendências da urbanização e industrialização no Estado de São Paulo. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.) *Brasil século XXI. Por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max limonad, 2004, p. 67-77.

16 A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Pulo. In; X Encontro Nacional da Anpur, Belo Horizonte, 2003. *Anais...*, CD-ROM

Congresso Internacional da BRASA – Brazilian Studies Association, ocorrido nos Estados Unidos, do qual pude participar graças ao apoio da FAPESP.

Também com apoio dessa instituição, participei do 50º Congresso Internacional de Americanistas, realizado em Varsóvia, em 2000, ocasião em que apresentei a discussão sobre “Processos e Territorialidades da Indústria em São Paulo. A Formação de uma Macro-metrópole”. Discussão essa presente no livro, publicado na Argentina e organizado por Elza Laurelli e que tem o título de: “Nuevas Territorialidades: desafios para América Latina frente al siglo XXI.

No Chile, em 2003, a referência à idéia de macro-metrópole cede lugar para a de cidade-região, dada a reflexão conceitual proveniente da pesquisa em fase de conclusão naquele ano. O trabalho é intitulado: “São Paulo: uma cidade-região”, tendo como central a discussão desse conceito. Foi apresentado por ocasião do 51º Congresso Internacional de Americanistas e foi publicado em Santiago como capítulo do livro: “Transformaciones urbanas y Procesos Territoriales. Lecturas Del nuevo dibujo de la ciudad latinoamericana”, pela Pontificia Universidad Católica do Chile.

No Brasil, em 2000, participei do III Congresso Internacional da BRASA que teve lugar em Recife, apresentando o trabalho “Uma Proposta de Regionalização Face às Transformações Urbanas Recentes do Estado de São Paulo”.

Por ocasião do X Encontro de Geógrafos da América Latina, em 2004, realizado em São Paulo, que se constituiu num marco na história do nosso Departamento, participei de mesa-redonda e de várias comunicações livres.

Para 2006 estou preparando um Simpósio em conjunto com o Prof. Dr. Jorge Blanco, da Universidade de Buenos Aires, no âmbito do 52º ICA, cujo tema é “Pueblos y Culturas de las Américas: diálogos entre globalidad e localidad”. Esse Simpósio tem como título: *Nuevas Dimensiones de la Industria y de lo Urbano en las Metrópolis Latinoamericanas* e tem a participação de cerca de 30 pesquisadores procedentes de vários países do mundo.

Dentre as participações em eventos nacionais cabe mencionar a palestra, em 2001, intitulada *Territorialidade da Indústria e Metropolização do Espaço*, proferida no CEBRAP — Centro Brasileiro de Pesquisa, que naquela ocasião estava retomando a

discussão sobre a região metropolitana, através do Centro de Estudos da Metrópole.<sup>17</sup> Essa palestra compôs o I Ciclo de Seminários do Centro de Estudos da Metrópole, promovido por aquela instituição. Em 2004, fiz palestra inaugural do curso de mestrado em geografia da Universidade Federal do Pará, intitulada *Industrialização e (Re) estruturação do Espaço Regional*. E, ainda, a palestra denominada *Regionalização, Descentralização e Desconcentração*, proferida no evento *Territorialidades e Políticas Públicas no Estado do Paraná*, em 2004, em Curitiba, a convite da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica.

Considero que a palestra que realizei em 2002, intitulada *Atualidade do conceito de região na ciência geográfica*, que se constituiu numa fala expressando a importância do conceito de região, se insere no projeto de revitalizar essa discussão no âmbito da geografia. Realizou-se na PUC de São Paulo, por ocasião da Semana de Geografia. Ainda no mesmo ano fiz, em São Paulo, uma apresentação intitulada *A Expansão Metropolitana e a Nova Regionalização do Estado de São Paulo*, na ABER — Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos, por ocasião do seu II Encontro, realizado com apoio da Fundação Getúlio Vargas.<sup>18</sup>

Vale mencionar, ainda, minha participação na mesa-redonda acerca da reflexão sobre marxismo e geografia, intitulada: *Marxismo: uma teoria ou um método na Geografia?* Essa mesa-redonda fez parte do Seminário sobre “Marxismo e Geografia”, promovido pelo CEGE - Centro dos Estudantes de Geografia, do meu departamento, em 2002.

E, também com o sentido de destacar algumas participações em eventos, lembrar o trabalho que apresentei, em 2004, por ocasião do Seminário Internacional São Paulo 150 anos: as geografias de São Paulo, intitulado “Participação e Descentralização: Desafios para a Gestão Metropolitana”.

Em 2005, consagra-se um sonho que há muito vinha acalentando e supera-se a grande e árdua dificuldade pelo reconhecimento da geografia regional, que evidencia que não se fundamentava num equívoco intelectual, mas em possíveis interesses relativos a questões de concursos na contratação de docentes e na progressão da

---

17 Esse centro é apoiado pela Fapesp, no âmbito de seu programa Cepid – Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão.

18 LENCIONI, S. A expansão metropolitana e a nova regionalização do Estado de São Paulo. In: II Encontro de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, 2002. *Anais...* CD-ROM.

carreira, bem como na composição das disciplinas curriculares e no uso do espaço físico do edifício do departamento. Tornou-se realidade o laboratório de geografia regional, denominado LERGEO – Laboratório de Estudos Regionais em Geografia, pondo fim ao empenho e à luta por sua institucionalização. A questão para os próximos anos é de seu desenvolvimento e de sua consolidação, o que não será difícil porque os estudos regionais no departamento constituem espaço intelectual tradicional e, inclusive, com grande produção acadêmica. Muitas vezes, pensei que essa luta se prolongaria até os finais de meus dias na USP, me achando uma espécie de Quixote lutando contra moinhos de vento ao buscar equilibrar o projeto desse laboratório, um sonho, com a realidade do comezinho, do menor. Como esse personagem, busquei transformar em realidade, um sonho. Mas, no rigor do termo, não um sonho de idealista, mas um projeto necessário ao departamento de geografia na USP.

A esse triunfo de 2005 se soma muitas outras realizações, mas, também, frustrações, como é natural na vida, que é feita de projetos, realizações e embates. Particpei de dois concursos para professor titular, tendo sido classificada em terceiro lugar e, posteriormente, em segundo lugar. Todos sabemos o quanto são envolventes esses momentos da vida acadêmica, que se desenvolvem numa atmosfera carregada de ansiedades e com ganhos e perdas. Mas, como disse Fernando Pessoa, “Tudo vale a pena quando a alma não é pequena.”

### **3.2 Um novo fio da meada: a gestão universitária**

Ao envolvimento com os alunos, de graduação e de pós-graduação, além das minhas atividades de pesquisa e de divulgação do conhecimento veio somar-se um novo desafio em 2002, quando recebi o convite para assessorar o Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária. A relação com a Comissão de Cultura e Extensão Universitária da Faculdade, a participação no Conselho dessa Pró-Reitoria e na coordenação das câmaras desse conselho que objetivam, entre outros aspectos, acompanhar e avaliar as ações culturais e as atividades de extensão universitária

desenvolvidas pela Universidade, haviam tornado, para mim, mais nítida a complexidade de uma instituição universitária, mormente de uma Universidade das dimensões da USP que busca garantir a tradição de excelência acadêmica.

Minha participação no âmbito da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária estendeu-se muito além da participação no Conselho Central e nas câmaras e das atribuições de um assessor. Venho participando de vários conselhos, algumas vezes por indicação do Reitor, outras do Pró-Reitor e, outras, por meio de eleições. Não seria o caso de falar de cada uma dessas atividades, dado o perigo de me alongar quando o tema diz respeito à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Apenas destaco minha participação em alguns conselhos, com o sentido de ilustrar como é enriquecedora a experiência com a gestão universitária, até mesmo por envolver aspectos muito diferenciados, a exemplo do Conselho Deliberativo do Centro de Preservação Cultural, Conselho Curador das Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos, Conselho Acadêmico do Projeto Avizinhar, Conselho Deliberativo da Estação Ciência e Conselho Gestor para instalação do Museu de Ciências. Além desses conselhos, integrei a importante Comissão de Elaboração de um Conjunto de Normas Regimentais Referentes às Atividades de Cultura e Extensão Universitária, cuja tarefa consistiu em redigir o regimento e as resoluções específicas de cultura e extensão, que se faziam urgentes em fase do crescimento dessas atividades e da necessidade de institucionalizar novas atividades e solucionar questões surgidas que haviam tornado obsoleta a legislação vigente.

A participação nesses conselhos implica e, ao mesmo tempo, permite uma visão ampla da Universidade, bem como grande responsabilidade, pois esses centros, órgãos e projetos realizam parcela do compromisso social da instituição e significam democratização do acesso ao conhecimento. Eles constituem meios por meio dos quais se realiza a associação em ter ensino, pesquisa e extensão, que compromete o saber com o fazer e a excelência com a democracia, fazendo irrenunciável a responsabilidade social da Universidade.

A discussão crítica sobre as ações culturais e de extensão tem no Seminário de Cultura e Extensão o seu mais importante fórum de discussão no âmbito da USP. Esse Seminário tem edição anual e visa discutir aspectos da relação entre a Universidade e a

sociedade, as características institucionais das políticas de extensão universitária, além dos programas e projetos de ações culturais e de extensão. Como membro do conselho de Cultura e Extensão Universitária, em 1999 e 2000 fiz parte de sua comissão organizadora.

A título de exemplificação de outra experiência, cabe mencionar minha participação no Conselho da Estação Ciência, importante centro de difusão científica, tecnológica e cultural por onde transitaram cerca de 200 mil pessoas em 2005, a maioria estudantes do ensino fundamental e médio. Nesse conselho definem-se diretrizes, projetos e as exposições a serem realizadas, bem como cursos a serem ministrados, entre outros aspectos. Na Estação Ciência, percorrendo seus amplos espaços o visitante é convidado a fazer uma viagem ao mundo do conhecimento realizando exercícios lúdicos de caráter científico e cultural, fazendo uma visita não de forma passiva, como num tradicional museu, mas de forma interativa, vivenciando várias experiências.

Merece consideração, ainda, minha participação no Conselho do Centro de Patrimônio Cultural, que se constitui num fórum de discussão de diretrizes e ações voltadas para a questão do patrimônio cultural. Como decorrência das intervenções havidas no restauro da Casa da Dona Yayá, um bem tombado, esse centro recebeu, em 2004, um prêmio do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pelo trabalho realizado.<sup>19</sup>

Seja qual for a natureza das ações culturais e das atividades de extensão como compromisso social, é importante frisar que elas revertem como experiências de aprendizado para a Universidade, se constituem em objeto de reflexão e de crítica e de interação com o ensino e a pesquisa, renovando a própria Universidade.

Tem um sentido completamente diferente a minha inserção na Comissão Acadêmica e Editorial do Projeto “A Universidade e as Profissões”, que realiza a publicação de um volume anual, com cerca de 250 mil exemplares, objetivando fornecer subsídios aos estudantes do ensino médio para escolha de um curso superior e para sua profissionalização futura.

---

<sup>19</sup> Trata-se do prêmio Rodrigo Melo franco de Andrade relativo à categoria Preservação do Patrimônio Cultural.



Na função de assessora do Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária às vezes assumi a função de representá-lo, a exemplo, do Fórum Nacional dos Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, de 2002, 2003 e 2004, realizados, respectivamente, em Florianópolis, João Pessoa, Manaus e Recife. Nesses Fóruns, minha participação foi no sentido de contribuir para o debate sobre as políticas acadêmicas de extensão e sobre a valorização de sua institucionalização, na medida em que as atividades concernentes se constituem numa mediação para aperfeiçoar o exercício da cidadania.

Outras vezes, proferi palestras em unidades da USP tendo como tema a extensão universitária, como a proferida na Faculdade de Ciências Farmacêuticas sobre a “Avaliação das Atividades de Extensão na USP” e a proferida na Escola de Enfermagem sobre “A Extensão Universitária como Articuladora da Formação e do Trabalho em Saúde”.

### **3.3 Tecendo observações**

Estes últimos cinco anos consolidam uma trajetória onde as certezas dos primeiros tempos tornaram-se incertas. Qualquer perspectiva maniqueísta é imprópria nessa altura de minha vida, se bem que o acalanto propiciado pela crença no adequado em antinomia ao inadequado, deixa terna lembrança da juventude. É como se o monocromatismo da juventude se diluísse, trazendo à consciência o fato de haver, entre o branco e o preto, vários tons de cinza. Muitas vezes o mais sábio e prudente é não pensar de forma excludente ou polarizada. Por que reduzir as questões da Universidade, quando é fundamental reconhecer que elas são imbricadas numa complexidade infinita? Por que reduzi-las a uma contraposição simples em termos de dualidades? Por exemplo, por que elaborar opções em termos de uma Universidade elitista e de privatização do público em contraposição à massificação do ensino superior e à sua popularização? Questões propostas nesses termos nos fazem caminhar numa espécie de esteira rolante de aparelho de exercício físico, cujos passos não transpõem obstáculos, salvo o da pista rolando sobre si mesma.

Creio ter trilhado um percurso que procurou contribuir para que a Universidade cumprisse suas finalidades. Reitero: suas finalidades, seus fins e não sua missão. Hoje em dia, em todos os foros surge uma fala que associa a Universidade à missão x, y ou z. Até há pouco, a Universidade tinha finalidades, como consta no seu Estatuto. No Artigo 2º do Estatuto da USP lê-se: “São fins da USP: promover e desenvolver todas as formas de conhecimento...”.<sup>20</sup> Nesses novos tempos, acariciados por uma “mão invisível”, a USP passa a ter missão, expressão que poderia justificar-se como uma influência da língua inglesa ou como espelhamento nas universidades americanas. Isso é um fato, mas a explicação não passa de meia verdade, pois seu significado é mais profundo. Entre os vários sentidos da idéia de fim, aparecem os de ‘objetivo’ e de ‘propósito’, ao passo que missão relaciona-se a duas conotações particulares e específicas. Uma é de natureza religiosa e, a outra, a de que alguém deve ter a incumbência de executar um pedido ou uma ordem, com promete a idéia de que cabe à Universidade elaborar seus próprios fins. Ou seja, é no seu próprio interior que esse fins devem ser determinados.

No primeiro caso, a palavra missão traz para o interior de uma Universidade laica e secular o sentido clerical, que é próprio das universidades confessionais. No segundo caso, a idéia de executar um pedido emanado, *exclusivamente*, de outro ente, externaliza o projeto da Universidade. Cabe-lhe executar um projeto que se situa fora dela, que é concebido por outrem que lhe confere uma missão. Exterioriza-se, assim, o projeto de Universidade. E onde ele se situa? No mercado? Os *folders* de divulgação de nossas atividades devem se espelhar nos folhetos das empresas e nos *sites* em que a palavra missão é largamente empregada? Mesmo que admitamos inconsciência na substituição das palavras finalidade e objetivo pela palavra *missão*, seu emprego indiscriminado revela, infelizmente, anestesia de nossa consciência crítica. O mercado, como oráculo tutelar captura e instrumentaliza a Universidade, nem se importando em nos fazer sentir como se estivéssemos no Olimpo.

Esses deslizes acabam nos enredando e tornando mais difícil o rompimento com os grilhões mercantis. O pragmatismo utilitarista torna-se dominante,

---

20 “Por meio do ensino e da pesquisa; ministrar o ensino superior visando a capacitação ao exercício da investigação e do magistério em toas a áreas do conhecimento, bem como à qualificação para as atividades profissionais; estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino e pesquisa”. Universidade de São Paulo. Estatuto da USP/ Secretaria Geral. 2ª ed. São Paulo, 2002, p. 7.

distanciando o desenvolvimento de sua tradição humanista. É necessário externarmos toda indignação, para não mantermos represada a indiferença. É preciso tornar o impossível, possível.

## **Considerações Finais**

Quarenta e dois anos como professora fizeram da educação meu compromisso existencial. Na USP, pude desenvolver as atribuições próprias de um docente universitário: o magistério no ensino superior, a pesquisa científica e a extensão universitária. Além disso, sempre contribuí para a gestão universitária, participando de comissões departamentais e intradepartamentais da Faculdade e de comissões e conselhos centrais, relativos aos órgãos centrais da Universidade, chegando à condição de assessora da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária.

Na tentativa de uma síntese, considero que minhas maiores contribuições podem ser facilmente identificadas em seis frentes de igual envergadura. A primeira, relativa à formação de professores para as universidades públicas, onde hoje muitos dos meus ex-alunos atuam com liderança acadêmica, nomes reconhecidos no cenário da geografia brasileira.

A segunda, diz respeito à contribuição para o conhecimento da dinâmica urbana e industrial do estado de São Paulo. Longe de qualquer provincianismo que o tema possa aparentemente sugerir, busca compreender os processos mais à frente, ou seja, os mais avançados daqueles que se desenvolvem na relação entre o estágio atual de desenvolvimento do capitalismo e a produção do espaço urbano e regional. Por meio das minhas pesquisas identifiquei problemas da metropolização paulista e questionei interpretações falaciosas sobre a dinâmica regional do Estado de São Paulo, entre elas, a de descentralização industrial que parecia hegemônica. Esse foi o tributo de minha dedicação à pesquisa, rigorosamente acadêmica, cujas motivações foram sempre norteadas pela produção de um conhecimento sensível ao desvendamento de

processos que necessitavam ser compreendidos e que emanavam de inquietações intelectuais próprias da geografia.

A terceira contribuição a destacar concerne à persistência no desenvolvimento da perspectiva regional em geografia, renovada teórica e metodologicamente, e na reflexão crítica sobre a noção de região. Esta se constitui numa noção central da geografia, constituinte e imanente à história do pensamento geográfico. Tanto que toda escola ou Universidade em que existe uma preocupação geográfica, possui hoje disciplinas voltadas para o estudo regional. Essa contribuição goza de reconhecimento amplo, mais acentuadamente entre os geógrafos, sendo o livro que escrevi, *Região e Geografia*, motivo de orgulho por ser mencionado na bibliografia de inúmeros concursos públicos, quer para docentes nas universidades brasileiras, quer para professores de ensino médio.

A quarta contribuição relaciona-se ao meu envolvimento com a gestão universitária, que por dever de ofício consagrou o dito popular: “é dando que se recebe”, pois o trabalho imensurável que essa atividade exigiu, e que se somou ao anterior, tornou mais ampla minha compreensão da Universidade. Esse envolvimento no centro da política universitária, dizendo respeito às discussões sobre diretrizes, planos e ações, se me subtraiu o tempo de me render ao sono, me fez ver o quanto a forma de sermos na Faculdade, não deixando ao largo a crítica e nem a reflexão profunda, se constitui em elemento indispensável para o desenvolvimento de uma Universidade. Esta dever recuperar seus princípios humboltianos, presentes no momento de sua fundação, pelos quais o conhecimento deve transcender ao saber eminentemente prático e técnico, até porque aquilo que aparece como prático e operacional, um dia não o foi, tendo sido especulação, tentativas frustradas, imaginação e desvarios. Foi essa forma de ser, essa maneira de pensar que emana do espírito da Faculdade e que muitas vezes parece estar esvanecendo, que garantiu os muitos dos acertos em minhas ações e o reconhecimento dos colegas. O exercício da compreensão de divergências, a necessidade de assumir liderança sem arrogância, a atuação na construção de consenso e o exercício da tolerância reafirmaram o sentido da docência que já ultrapassou quatro décadas e que não prescinde, igualmente, dessas atitudes e posturas.

A quinta contribuição situa-se no âmbito da extensão universitária, sobretudo dizendo respeito à responsabilidade social pela qualificação dos professores de ensino médio, sempre a serviço do fortalecimento do sistema público de educação. Também se refere à cooperação com outros programas de pós-graduação, em razão dos cursos de curta duração voltados para a temática regional e, ainda, pela relação com outras atividades, como palestras e aulas inaugurais.

A sexta contribuição diz respeito à formação dos alunos de graduação, que sempre responderam, afirmativamente, aos questionamentos que propus. Inspirada nos ensinamentos de meus mestres que me mostraram o significado da docência formadora exigente de leituras e trabalhos sistematizados, bem como de rigor metodológico, sou tida, por muitos como uma professora experiente e rigorosa, mas ao mesmo tempo afável. Considerei sempre a aula e os momentos de interação entre o ensino e a aprendizagem como oportunidades de desenvolvimento da consciência emancipatória, não só do conhecimento geográfico e prática de pesquisa referidos à capacidade analítica e crítica da realidade e da síntese das interpretações, mas momentos de desvendamentos de construção de um conhecimento desmistificador, de desenvolvimento pleno do indivíduo e da cidadania. Por isso, momentos de interação, cooperação na informação e, não, de competição entre opiniões. Acima de tudo, momentos de desenvolvimento da responsabilidade social, por terem o privilégio, nesse país socialmente injusto, de usufruir o ambiente de uma Universidade pública.

Essas contribuições se pautaram pelo exercício da autonomia, da cooperação, do respeito ao estatuto e ao regimento da Universidade e da faculdade, bem como, pela assunção de responsabilidade para com os destinos da Universidade. Desenvolveram-se no interior das contradições próprias da lógica universitária e nas tensões que lhe são iminentes. Pensando e construindo a Universidade, termino este Memorial reafirmando meu compromisso com as finalidades da USP, de promover o conhecimento por meio do ensino e da pesquisa, de formar quadros intelectuais e de estender à sociedade o conhecimento produzido.